



CÁSSIA MARA ALEXANDRINO SILVA

**FEMINISMO TERRITORIAL EM CONTEXTOS
RURAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE
LITERATURA**

**LAVRAS- MG
2025**

CÁSSIA MARA ALEXANDRINO SILVA

**FEMINISMO TERRITORIAL EM CONTEXTOS RURAIS: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

Revisão Sistemática de Literatura apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - Mestrado Profissional, área de concentração em Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

Prof.a Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing
Orientadora

**LAVRAS- MG
2025**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, Cassia Mara Alexandrino.

Feminismo territorial em contextos rurais: uma revisão sistemática de literatura /
Cassia Mara Alexandrino Silva. - 2025.

61 p.

Orientadora: Vera Simone Schaefer Kalsing

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2025.
Bibliografia.

1. Feminismo territorial. 2. Movimento feminista. 3. Mulheres rurais. 4.
Autonomia feminina. I. Schaefer Kalsing, Vera Simone. II. Universidade Federal de
Lavras. III. Título.

CÁSSIA MARA ALEXANDRINO SILVA

**FEMINISMO TERRITORIAL EM CONTEXTOS RURAIS: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA**

**TERRITORIAL FEMINISM IN RURAL CONTEXTS: A SYSTEMATIC
LITERATURE REVIEW**

Revisão Sistemática de Literatura apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável e Extensão - Mestrado
Profissional, área de concentração em Desenvolvimento
e Extensão, para a obtenção do título de Mestra.

Aprovada em 15 de maio de 2025.

Dra. Jacqueline Magalhaes Alves - UFLA
Dra. Raquel Lopes Sinigaglia Caribé Grando - Unb
Dr. Thiago Rodrigo De Paula Assis - UFLA

Prof.a Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing
Orientadora

**LAVRAS- MG
2025**

RESUMO

O presente estudo analisa o feminismo territorial no contexto rural, abordando suas contribuições para a autonomia das mulheres de áreas rurais. A pesquisa se baseia em uma revisão sistemática da literatura, identificando e discutindo as principais abordagens teóricas sobre o tema. A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca sistemática em três bases acadêmicas reconhecidas: Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, Google Acadêmico e SciELO (Scientific Electronic Library Online) Base que reúne periódicos científicos indexados e revisados por pares, representando uma fonte confiável para pesquisas acadêmicas. A pesquisa foi realizada considerando o ano de 2014 até o presente, com o objetivo de analisar publicações recentes que tratam diretamente dos conceitos de feminismo rural e feminismo territorial. Os artigos, teses e dissertações selecionados destacam as interseções entre gênero, território e desenvolvimento, evidenciando o papel das mulheres na agricultura familiar, nos movimentos sociais e nas políticas públicas voltadas para o meio rural. Os resultados apontam que, apesar dos avanços promovidos por políticas públicas e organizações feministas, as mulheres rurais ainda enfrentam desafios significativos, como a falta pelo acesso à terra, crédito agrícola e participação política. O trabalho feminino no campo continua subvalorizado, sendo frequentemente tratado como mera "ajuda" aos homens, o que reforça a invisibilidade das mulheres na economia rural. A análise também revela a importância dos movimentos sociais e da educação política na transformação das condições de vida das mulheres no campo. Iniciativas como a Marcha das Margaridas e a Escola de Educadoras Feministas demonstram que a organização coletiva é um instrumento poderoso para fortalecer a autonomia feminina e ampliar sua participação nos espaços de decisão. Além disso, os trabalhos analisados destacam a relação entre feminismo e agroecologia como alternativa ao modelo agrícola tradicional, promovendo práticas sustentáveis e garantindo a segurança alimentar das comunidades rurais. A adoção de estratégias de resistência e autonomia das mulheres reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir a equidade de gênero no meio rural.

Palavras-chave: Feminismo territorial; Movimento Feminista; Mulheres Rurais; Autonomia feminina.

ABSTRACT

This study analyzes territorial feminism in the rural context, addressing its contributions to the autonomy of women in rural areas. The research is based on a systematic review of the literature, identifying and discussing the main theoretical approaches on the topic. Data collection was carried out through a systematic search in three recognized academic databases: CAPES Theses & Dissertations Catalog, Google Scholar and SciELO (Scientific Electronic Library Online), a database that brings together indexed and peer-reviewed scientific journals, representing a reliable source for academic research. The research was conducted from 2014 to the present, with the aim of analyzing recent publications that directly address the concepts of rural feminism and territorial feminism. The selected articles, theses and dissertations highlight the intersections between gender, territory and development, highlighting the role of women in family farming, social movements and public policies aimed at rural areas. The results indicate that, despite the advances promoted by public policies and feminist organizations, rural women still face significant challenges, such as lack of access to land, agricultural credit and political participation. Women's work in the countryside continues to be undervalued, often treated as mere "help" for men, which reinforces the invisibility of women in the rural economy. The analysis also reveals the importance of social movements and political education in transforming women's living conditions in the countryside. Initiatives such as the Marcha das Margaridas and the Escola de Educadoras Feministas demonstrate that collective organization is a powerful instrument for strengthening women's autonomy and expanding their participation in decision-making spaces. Furthermore, the analyzed works highlight the relationship between feminism and agroecology as an alternative to the traditional agricultural model, promoting sustainable practices and ensuring food security for rural communities. The adoption of strategies for women's resistance and autonomy reinforces the need for more effective public policies to ensure gender equity in rural areas.

Keywords: Territorial feminism; Feminist movement; Rural women; Female autonomy.

INDICADORES DE IMPACTO

Com base no trabalho "Feminismo Territorial em Contextos Rurais: Uma Revisão Sistemática de Literatura", os impactos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais da pesquisa podem ser compreendidos a partir da identificação e análise das contribuições do feminismo territorial para a autonomia das mulheres rurais no Brasil. O estudo, de caráter qualitativo e bibliográfico, reuniu e analisou 11 produções acadêmicas relevantes entre artigos, teses e dissertações, entre os anos de 2014 e 2024, refletindo um esforço de sistematização de saberes voltados à equidade de gênero no meio rural. Socialmente, a pesquisa evidencia a atuação das mulheres rurais como agentes de mudança e luta no campo, enfatizando sua participação em movimentos como a Marcha das Margaridas e em redes agroecológicas, o que contribui para o fortalecimento da organização comunitária, da resistência feminina e do protagonismo político em regiões historicamente marginalizadas. Economicamente, o trabalho destaca que, mesmo que muitas vezes diante da invisibilidade de suas contribuições, as mulheres são centrais na produção de alimentos e na segurança alimentar das famílias rurais, sendo a agroecologia uma das estratégias que promove não só a autonomia financeira, mas também a sustentabilidade dos sistemas produtivos. Culturalmente, ao fazer entoar às práticas de resistência e organização das mulheres, a pesquisa contribui para a valorização das identidades femininas e rurais, rompendo com estereótipos de gênero e fortalecendo práticas culturais ligadas à terra, ao território e à ancestralidade. Do ponto de vista tecnológico, os impactos são percebidos de forma indireta, por meio da defesa de tecnologias sociais e sustentáveis promovidas em redes de mulheres camponesas, com destaque para a formação de lideranças políticas femininas e adoção de práticas sustentáveis no campo. Os impactos concretos estendem-se à formação de mulheres líderes em sindicatos, conselhos e fóruns territoriais, além de promoverem educação política por meio de experiências como a Escola de Educadoras Feministas. O trabalho apresenta por meio de revisão bibliográfica as demandas de mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, quilombolas e indígenas, com atuação notória no território da Amazônia Legal e nos estados da Região Norte e Nordeste. Estima-se que as ações e reflexões do estudo impactem diretamente comunidades rurais, estudantes, técnicos e docentes envolvidos com políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Os impactos do trabalho podem ser classificados nas áreas temáticas da Política Nacional de Extensão: Educação (4), Meio Ambiente (5) e Trabalho (8). Alinha-se diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sobretudo o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 12 (Consumo e

Produção Responsáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre). Portanto, o estudo contribui de forma relevante e integrada para a construção de políticas públicas mais eficazes, práticas agrícolas sustentáveis, promoção da equidade de gênero e valorização cultural de mulheres em contextos rurais.

IMPACT INDICATORS

Based on the work “Territorial Feminism in Rural Contexts: A Systematic Literature Review”, the social, technological, economic, and cultural impacts of the research can be understood through the identification and analysis of the contributions of territorial feminism to the autonomy of rural women in Brazil. The study, which is qualitative and bibliographic in nature, gathered and analyzed 11 relevant academic publications, including articles, theses, and dissertations, between the years 2014 and 2024, reflecting an effort to systematize knowledge focused on gender equity in rural areas. Socially, the research highlights the role of rural women as agents of change and struggle in the countryside, emphasizing their participation in movements such as the Marcha das Margaridas and agroecological networks. This contributes to the strengthening of community organization, female resistance, and political leadership in historically marginalized regions. Economically, the study underscores that, even when their contributions are often invisible, women play a central role in food production and the food security of rural families. Agroecology is one of the strategies that fosters not only financial autonomy but also the sustainability of productive systems. Culturally, by echoing the practices of resistance and organization among women, the research contributes to valuing feminine and rural identities, breaking gender stereotypes, and reinforcing cultural practices related to the land, territory, and ancestry. Technologically, the impacts are perceived indirectly through the advocacy of social and sustainable technologies promoted by peasant women’s networks, with emphasis on the formation of female political leadership and the adoption of sustainable practices in rural areas. Tangible impacts include the formation of women leaders in unions, councils, and territorial forums, as well as the promotion of political education through experiences like the School of Feminist Educators. The work, through bibliographic review, presents the demands of women from family farming, agrarian reform settlements, quilombola and Indigenous communities, with notable activity in the Legal Amazon territory and in the North and Northeast regions of Brazil. It is estimated that the actions and reflections of the study directly impact rural communities, students, professionals, and educators involved with public policies and sustainable development. The impacts of the work can be classified within the thematic areas of the National Extension Policy: Education (4), Environment (5), and Labor (8). It aligns directly with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDG 5 (Gender Equality), SDG 2 (Zero Hunger and Sustainable Agriculture), SDG 10 (Reduced Inequalities), SDG 12 (Responsible Consumption and Production), and SDG 15 (Life on Land). Therefore, the study makes a relevant and integrated contribution to the

development of more effective public policies, sustainable agricultural practices, gender equity promotion, and cultural appreciation of women in rural contexts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos, Teses e Dissertações Escolhidos para Análise.....	37
Quadro 2 – Desafios e Estratégias das Mulheres Rurais.....	43
Quadro 3 – Desafios, Conquistas e Demandas Futuras das Mulheres Rurais.....	45
Quadro 4 – Estratégias de Enfrentamento e Resistência das Mulheres Rurais.....	48

SUMÁRIO

2 INTRODUÇÃO.....	14
3 CAMINHO METODOLÓGICO	19
3.1 Abordagem da pesquisa.....	19
3.2 Coleta de dados e fontes de pesquisa.....	19
3.3 Critérios de inclusão e exclusão	20
3.4 Técnica de análise dos dados.....	21
4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	23
4.1 Gênero e Patriarcado: implicações profundas na reflexão das mulheres na sociedade e em territórios rurais	24
4.2 O desenvolvimento sustentável na ótica da equidade de gênero e o trabalho das mulheres rurais	26
4.3 O feminismo territorial em contextos rurais e a participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento territorial em contextos rurais e na promoção da justiça social e ambiental	29
5 ANÁLISE DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADOS	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICE	59

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Desde muito jovem, aprendi sobre a importância da autonomia da mulher, e essas questões tornaram-se ainda mais significativas em meu coração quando decidir ser engenheira agrônoma. Lembro-me que há 15 anos não havia muitas mulheres interessadas nessa área e, quando iniciei a minha carreira profissional, percebi que eu estava no lugar certo e que teria muito a contribuir para muitas mulheres rurais. Foi nesse contexto que após quase 10 anos de trabalho com produtores e produtoras rurais, o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) cruzou o meu caminho. Percebi nele a oportunidade de responder aos meus questionamentos e de estar mais preparada para a continuação da minha jornada como engenheira agrônoma.

Ao longo da minha trajetória profissional, tenho buscado ampliar o diálogo sobre as questões de gênero e contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no meio rural. Tenho trabalhado para fortalecer a participação das mulheres em espaços de decisão, incentivando sua capacitação e autonomia. Acredito firmemente que a transformação social passa pela valorização e reconhecimento pleno do potencial das mulheres rurais.

Em uma breve contextualização, considero importante destacar que sou neta de Maria do Livramento, uma viúva corajosa que criou seus quatro filhos, sendo três filhas e um filho, com a renda proveniente de sua terra. Ela viveu em um lote no assentamento PA Tucumã, no município de Tucumã, na região da Amazônia Legal. Até seu último dia de vida, ela sonhava com o momento em que receberia o título definitivo de sua terra.

Raimunda Alexandrino, a filha mais velha de Maria, casou-se aos 15 anos e tornou-se costureira, sendo mãe de três filhas. Suas três filhas mudaram-se para outro estado em busca de oportunidades educacionais e sempre lutaram por uma melhor qualidade de vida.

Tenho plena consciência de que, mesmo que eu escrevesse milhares de páginas, não seria suficiente para relatar todas as conquistas e superações que vivemos. Sou a terceira filha, e a terceira pessoa da família a ter um curso superior, cursei Agronomia na Universidade Federal do Tocantins, entre 2010 e 2014 e, apesar de todas as dificuldades, retornei para minha cidade, construí uma carreira profissional, iniciada em 2015 no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município.

Em 2017, fui convidada a assumir a pasta da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Tucumã, no estado do Pará, sendo a primeira mulher a exercer essa função. Atuei como gestora nessa posição entre 2017 e 2020.

Devido às experiências que vivenciei, sentindo na pele o machismo e a desigualdade de gênero presentes em nossa sociedade, busco diariamente posicionar-me no combate a essas práticas. Carrego comigo a coragem de minha avó e a determinação de minha mãe.

Minha experiência como Secretária Municipal de Agricultura em Tucumã me proporcionou uma visão abrangente dos desafios enfrentados pelas mulheres rurais. Pude testemunhar suas lutas diárias, sua resiliência e seu empenho em superar barreiras e conquistar espaços de protagonismo. Essas experiências reforçaram minha determinação em continuar atuando como agente de mudança e defensora dos direitos das mulheres.

Em resumo, minha trajetória pessoal e profissional me motivou a dedicar-me ao tema do feminismo territorial em contextos rurais. Acredito no poder transformador das mulheres e no papel fundamental que desempenham na construção de sociedades mais justas e equitativas. Como profissional, continuarei a me empenhar na promoção da igualdade de gênero e na valorização das mulheres rurais e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

2 INTRODUÇÃO

No meio acadêmico, são desenvolvidas diversas pesquisas científicas e tecnológicas, nas mais diversas áreas e, este trabalho consiste em uma revisão sistemática da literatura que trata sobre o feminismo territorial no meio rural. O feminismo historicamente emergiu na Europa, embora alguns movimentos vêm questionando a origem do seu surgimento. O feminismo se expressou na Europa de forma mais evidente em um contexto de mulheres urbanas, com certos privilégios de classe e brancas. Sabemos que a luta considerada feminista (como direitos ao voto e à educação), mesmo na Europa e, mais específico na Europa oriental, foi construída por muitas mulheres da classe trabalhadora e, em especial, pelas mulheres organizadas nos partidos socialistas. Mesmo lutando juntas, as socialistas não construíram suas lutas com os mesmos ideais das mulheres de classes dominantes, como demonstra os escritos de Clara Zetkin (1896), porém, buscavam a igualdade de direitos como fortalecimento da luta pelo socialismo, contudo, muitas pautas importantes passaram despercebidas nesse primeiro momento.

Ana Miguel (2014), em seu artigo “los feminismos a través de la historia”, conta a história do feminismo dividindo-o em três partes: um feminismo pré-moderno, um feminismo moderno e o que ela chama de neofeminismo - o feminismo dos anos 1960 e 1970. Nesse estudo, a autora não traz lutas que saiam da lógica das cidades, nem quando destaca o feminismo pré-moderno, mesmo sabendo que nesse momento histórico, as cidades europeias eram apenas nascentes. Não aparece na sua discussão a resistência das mulheres camponesas, mulheres rurais, das indígenas dos povos originários nas Américas, que estavam sendo colonizadas justamente no final de 1400 e início de 1500. A autora não menciona as camponesas, nem mesmo quando descreve a realidade das bruxas que, eram, em muitos casos, camponesas que lutavam para não tomarem suas terras e tinham conhecimentos de plantas e curas, por isso, eram acusadas de bruxaria, como bem destaca Silvia Federici (2004).

Neste sentido, estudar o feminismo nos convoca a observá-lo a partir de sua dimensão sócio-histórica, tendo presente que sua trajetória de significação revela perspectivas posicionadas em lugares sociais diferentes, criando o impedimento de defini-lo como um movimento único e homogêneo, mas sim pela noção plural dos feminismos (Alvarez, 2014; Buarque de Hollanda, 2018; Costa, 2004). No âmbito das ruralidades, essa compreensão plural ganha ainda mais importância, pois permite uma maior aproximação das realidades vividas por essas mulheres nesses espaços.

Historicamente, os espaços rurais foram concebidos como um lugar de atraso e não desenvolvimento, atrelados ou a uma visão residual ou àquela que os colocava em direta oposição aos espaços urbanos (Abramovay, 1999; Bezerra & Bacelar, 2013; Silva et al., 2019; Wanderley, 2000). Tais perspectivas introduziram uma noção de incompletude ao rural em que este “precisaria” alcançar aspectos do urbano para ser considerado desenvolvido, concepções que fomentaram a criação de uma lógica de não reconhecimento dos modos de vida e da diversidade presentes na ruralidade Mariana Bonomo (2010), legitimando construções a-históricas e descontextualizadas sobre esses espaços e sua população. Processo este que vem se desarticulando ao longo dos últimos anos, mas que ainda precisa continuar rompendo com as posturas binárias das velhas concepções (Bezerra & Bacelar, 2013). A literatura também destaca a escassez de estudos que se dediquem a trazer as ruralidades como parte integrante de suas pesquisas, sobretudo, no âmbito da psicologia, cujo campo ainda é percebido como tendo pouca aproximação destes espaços (Bonomo, 2010; Costa Neto & Dimenstein, 2017; Silva & Macedo, 2017; Silva et al., 2018). Dessa maneira, mulheres rurais se encontram atravessadas tanto pelos aspectos que marcam os contextos em que vivem, como pelas especificidades relativas às questões de gênero que enfrentam e outros marcadores, condição que irá situá-las em posições de desigualdade e vulnerabilidade psicossocial que urgem em ser combatidas, como a violência doméstica, a depressão, o feminicídio, o não reconhecimento do trabalho na agricultura e do trabalho doméstico, o confinamento em atividades domésticas e as múltiplas jornadas (Parreira et al., 2017; Scott, 2010). Sobre isso, estudos feministas também vão ressaltar a necessidade de uma aproximação de teorias e discussões feministas das ruralidades, também percebidas como pouco presentificadas nesses contextos (Aguiar, 2016; Santos & Betto, 2021).

É fundamental reconhecer que as mulheres desempenham um papel essencial no desenvolvimento rural e na sustentabilidade das comunidades rurais, muitas delas são agricultoras, líderes comunitárias, empreendedoras e agentes de desenvolvimento em seus territórios. E suas contribuições para a segurança alimentar, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável local são inestimáveis.

A autonomia das mulheres agricultoras que atuam como agentes ativas na produção e geração de emprego e renda evidencia a importância de reconhecer e valorizar o papel fundamental que desempenham nas comunidades rurais. Ao assumirem papéis de liderança na agricultura, essas mulheres não apenas contribuem significativamente para a produção de alimentos e matérias-primas, mas também desempenham um papel essencial na dinamização econômica das áreas rurais. Essas mulheres também possuem um papel fundamental para a segurança alimentar e nutricional do nosso país, pois ao cultivarem em suas propriedades,

chácaras e quintais produzindo alimentos, contribuem para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias, além de obterem uma fonte de renda.

Gabriel Alves *et al.* (2018), em seu estudo, infere que, na maioria das vezes, as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, sendo conhecidas como a mulher ou a filha de determinado agricultor. É expressivo com veemência a invisibilidade de sua contribuição financeira, braçal e intelectual no campo. Outro ponto importante é o fato de que as mulheres sempre trabalharam, porém, raramente suas atividades realizadas no núcleo familiar foram vistas como um trabalho, sendo comum ser reconhecido e descrito como mera ajuda aos pais e cônjuges. E esse trabalho feito pelas mulheres, muitas vezes sem visibilidade, nem sempre é um trabalho leve, pois a labuta do campo, requer muito esforço braçal e principalmente em se tratando do cultivo da terra.

Na atualidade, o patriarcado ainda rege a vida das pessoas e, considerando o contexto da agricultura familiar, percebemos que os homens são considerados como os principais trabalhadores, os agricultores e os chefes da família, restando às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, realizando os cuidados da família e os trabalhos não remunerados, ocupando lugares como de ajudante e/ou esposa de agricultor, mesmo desenvolvendo as mesmas ou ainda mais atividades que os homens.

Nos estudos da sociologia do trabalho no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, existem duas teorias principais sobre como o trabalho é dividido entre homens e mulheres (Hirata; Kergoat, 2007). Uma delas argumenta que há uma complementaridade entre os papéis atribuídos a cada gênero. Essa teoria parte do pressuposto de que existem características inerentes à natureza feminina e à natureza masculina, e que a divisão do trabalho entre os sexos ocorreu de maneira natural, sem conflitos. Já a teoria da dominação entende que as desigualdades entre homens e mulheres são resultado principalmente da divisão do trabalho em produtivo e reprodutivo. Nessa forma de divisão, existem dois princípios organizadores: a separação entre esses tipos de trabalho e a hierarquia entre eles.

Os princípios estruturais estabelecidos diante da construção da sociedade definiram o trabalho considerado tipicamente masculino como de maior valor que o trabalho considerado tipicamente feminino. Não há uma escolha livre de papéis, uma vez que a determinação das funções de cada gênero é efetuada antagonicamente, por meio da dominação dos homens sobre as mulheres.

As disparidades observadas entre as atividades desempenhadas por homens e por mulheres são resultantes de construções sociais, não tendo base em causas biológicas. Essas

construções sociais são fundamentadas em bases materiais e ideológicas, estabelecendo relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro.

A reflexão do trabalho industrial feminino gera um questionamento das generalidades, fazendo emergir as relações invisíveis que estruturam tarefas domésticas ou a própria divisão sexual do trabalho e das ocupações nas várias relações sociais. Segundo Iolanda Santos (2021), a sociedade capitalista explora esta dinâmica de diferenciação para estratificar atividades, aumentando assim a exploração e a opressão entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas e mulheres negras, ricas e pobres. A questão das relações de poder existentes tanto no campo da produção como no campo da reprodução não pode ser evitada quando se discute a questão da igualdade.

Com esta pesquisa, buscamos contextualizar, por meio de uma revisão abrangente da literatura acadêmica, o papel do feminismo na promoção de mudanças significativas em áreas rurais. Para isso, realizamos uma busca sistemática na literatura acadêmica a fim de abordar o feminismo territorial em contextos rurais e sua relevância para essas regiões, destacando seu impacto na participação das mulheres no campo. Além disso, buscamos aprofundar a compreensão sobre as práticas culturais discriminatórias enfrentadas por mulheres rurais, especialmente aquelas inseridas em comunidades territoriais, e apresentar as abordagens e estratégias propostas pelo feminismo territorial em contextos rurais para enfrentar essas desigualdades.

Além disso, ao estudar sobre o tema, daremos mais notoriedade no meio acadêmico sobre as mulheres como agentes de mudança em suas comunidades e, assim no futuro, pesquisas como esta podem promover um desenvolvimento mais sustentável, orientado para o bem-estar de todos/as os/as membros da sociedade. Em última análise, integrar abordagens feministas em pesquisas e práticas de desenvolvimento comunitário é uma etapa essencial para se alcançar a igualdade de gênero e promover o progresso socioeconômico e ambiental de forma verdadeiramente inclusiva e sustentável.

O feminismo desempenha um papel importante na promoção da igualdade de gênero em áreas rurais, onde as mulheres frequentemente enfrentam desafios únicos e estruturais. Ao adotar essa abordagem na pesquisa e nas ações práticas, podemos avançar consideravelmente em direção aos objetivos para o desenvolvimento sustentável da ONU, especialmente aqueles relacionados à igualdade de gênero na Agenda 2030.

É fundamental reconhecer que as mulheres rurais possuem papéis fundamentais em suas comunidades, tanto no trabalho remunerado quanto no não remunerado. No entanto, elas enfrentam obstáculos como acesso limitado à educação, serviços de saúde precários, falta de

oportunidades econômicas e discriminação de gênero arraigada. O feminismo territorial em contextos rurais aborda essas questões capacitando as mulheres a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

As implicações da pesquisa cabem no contexto da Agenda 2030 da ONU sobre igualdade de gênero. Embora tenham ocorrido avanços significativos em relação à igualdade de gênero em áreas urbanas, há uma lacuna de evidências nas zonas rurais. Estudos como este são fundamentais para impulsionar avanços sociais, educacionais, econômicos e ambientais nessas regiões, contribuindo assim para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU.

Além disso, este estudo contribui para a divulgação do tema, que muitas vezes é pouco conhecido e abordado no meio acadêmico, e, para que, no futuro, estudos como este possam contribuir para implementação de políticas públicas, impulsionamento a autonomia das mulheres rurais, o desenvolvimento comunitário e a sensibilização acerca da questão de gênero em áreas rurais.

A agenda 2030 da ONU inclui a promoção da igualdade de gênero como um dos seus principais objetivos. Isso envolve garantir direitos iguais para mulheres e homens, e diminuir todas as formas de discriminação e violência de gênero, e assegurar a participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão. A igualdade de gênero é reconhecida como um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e o alcance de um mundo mais justo e inclusivo até 2030.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 Abordagem da pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise crítica da literatura especializada sobre feminismo rural e feminismo territorial. A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo interesse em compreender fenômenos sociais em sua complexidade, investigando significados, práticas e discursos dentro de um contexto específico (Maria Minayo (2006)). Dessa forma, a abordagem adotada permite aprofundar as discussões sobre as experiências das mulheres rurais e sua participação em movimentos feministas voltados à luta por reconhecimento e equidade.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, consiste na análise de fontes secundárias, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, com o objetivo de examinar como determinado tema tem sido abordado no meio acadêmico (GIL, 2002). Segundo Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de investigação possibilita um amplo levantamento de conhecimento já produzido, contribuindo para a identificação de lacunas na literatura e embasando novas discussões teóricas sobre o tema em questão.

Dessa maneira, a presente pesquisa buscou compreender a construção e o impacto do feminismo territorial no contexto rural, também a forma como essa temática tem sido abordada na literatura acadêmica nacional, considerando estudos publicados nas principais bases de dados científicas.

3.2 Coleta de dados e fontes de pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de uma busca sistemática em três bases acadêmicas reconhecidas:

Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES – Repositório oficial do governo brasileiro, que reúne produções acadêmicas, como dissertações de mestrado e teses de doutorado, provenientes de diversas universidades do país.

Google Acadêmico – Ferramenta de pesquisa de artigos científicos, periódicos e outras publicações acadêmicas disponíveis em fontes diversas.

SciELO (Scientific Electronic Library Online) – Base que reúne periódicos científicos indexados e revisados por pares, representando uma fonte confiável para pesquisas acadêmicas.

A pesquisa foi realizada considerando o período de 2014 até o presente, com o objetivo de analisar publicações recentes que tratam diretamente dos conceitos de feminismo rural e feminismo territorial. Conforme Robert Yin (2015), a definição do período de análise é fundamental para garantir a atualidade das discussões e possibilitar a compreensão da evolução dos debates acadêmicos sobre determinado tema.

Após a realização da busca, foram identificados 30 artigos, distribuídos entre as três bases. Destes, 11 foram selecionados para compor a revisão, levando em consideração critérios como relevância para a temática, aprofundamento conceitual e aderência aos objetivos do estudo.

A distribuição dos artigos entre as bases foi a seguinte:

Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES: 6 artigos

Google Acadêmico: 3 artigos

SciELO: 2 artigos

Os trabalhos selecionados tratam, em sua maioria, das intersecções entre gênero e território, com ênfase na participação das mulheres rurais em movimentos sociais, suas estratégias de resistência e a influência das políticas públicas na autonomia das mulheres do campo.

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

Os seguintes critérios de inclusão foram estabelecidos para a seleção dos artigos:

- Trabalhos que abordam o feminismo ligado a mulheres rurais e trabalhos que possuem ligação com o feminismo territorial no contexto rural brasileiro;
- Publicações que discutem a participação das mulheres em movimentos sociais rurais e sua luta por direitos;
- Estudos que analisam relações de gênero e território com base em discussões feministas;
- Artigos, teses e dissertações publicados entre 2014 e o período atual, garantindo a contemporaneidade das discussões.

Além disso, foram adotados critérios de exclusão para evitar a inclusão de materiais que não dialogam diretamente com o objetivo da pesquisa:

- Estudos voltados exclusivamente para o feminismo comunitário, pois a abordagem desse conceito está mais relacionada a mulheres urbanas e grupos indígenas de outros países, sem um foco específico no contexto das mulheres rurais brasileiras;
- Trabalhos que mencionam a questão do corpo-território sem discutir diretamente o feminismo territorial em contextos rurais e as práticas sociais das mulheres do campo;
- Pesquisas que abordam o feminismo rural apenas de forma superficial, sem aprofundamento nas questões estruturais e políticas que envolvem a participação feminina no espaço rural.

A definição desses critérios segue as recomendações metodológicas de Laurence Bardin (2011) para análise de conteúdo, garantindo que apenas os trabalhos pertinentes ao escopo do estudo sejam considerados na revisão.

3.4 Técnica de análise dos dados

Para a análise dos artigos, teses e dissertações selecionados, foi adotada a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que permite a identificação de padrões, conceitos-chave e recorrências temáticas dentro do material analisado. Essa metodologia possibilita a organização e interpretação crítica dos dados coletados, favorecendo a sistematização do conhecimento e a construção de inferências sobre os estudos revisados.

A análise foi realizada considerando as seguintes categorias temáticas:

- 1 Perspectivas teóricas sobre o feminismo rural e territorial – Identificação dos principais conceitos e abordagens adotadas pelos estudos analisados.
- 2 Impacto do feminismo territorial em contextos rurais na participação das mulheres no campo – Avaliação de como o feminismo territorial em contextos rurais contribui para o fortalecimento das mulheres em comunidades rurais.
- 3 Movimentos sociais e resistência feminina no meio rural – Discussão sobre as principais organizações feministas atuantes no contexto rural e suas estratégias de luta.
- 4 Desafios e lacunas na pesquisa sobre feminismo rural e territorial – Análise das dificuldades enfrentadas na produção acadêmica sobre o tema e a necessidade de novas investigações.

A organização dos dados seguiu uma abordagem dedutiva, partindo das referências teóricas para a análise dos conteúdos extraídos dos artigos. Dessa forma, foi possível construir

uma visão estruturada e crítica sobre as discussões existentes no meio acadêmico e os desafios enfrentados pelas mulheres rurais no Brasil.

A metodologia adotada permite não apenas sistematizar as discussões acadêmicas sobre feminismo rural e territorial, mas também evidenciar a necessidade de aprofundamento das investigações sobre a participação das mulheres no campo. A concentração da maior parte dos estudos no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES sugere que o debate ocorre predominantemente no meio acadêmico, com menor disseminação em periódicos científicos indexados, como SciELO e Google Acadêmico.

Além disso, a ausência de um maior volume de publicações sobre o tema reforça a necessidade de maiores investimentos em pesquisas interdisciplinares, que possam abordar a intersecção entre gênero, território e políticas públicas de forma mais ampla e acessível. Por meio da análise sistemática realizada, este estudo contribui para o fortalecimento das discussões sobre o feminismo no contexto rural, permitindo a identificação de lacunas na literatura e apontando direções para futuras investigações na área.

4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O feminismo territorial em áreas rurais é uma vertente do feminismo que evidencia as experiências específicas das mulheres que vivem em áreas rurais, muitas vezes marginalizadas e excluídas das discussões feministas mais amplas, que historicamente se concentravam nos problemas enfrentados pelas mulheres urbanas e de classe média (Brumer, 2004; Carneiro, 1994; 2001; Paulilo, 2016).

Em muitos países, as mulheres desempenharam papéis significativos nos movimentos agrários e rurais, lutando por questões como reforma agrária, direitos trabalhistas e acesso à terra. Essas lutas frequentemente levaram as mulheres a se organizarem e a reivindicarem seus direitos de maneira coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência feminista dentro das comunidades rurais (Brumer, 2004).

De acordo com Maria Mies Shiva (1993), o reconhecimento do papel das mulheres na gestão sustentável dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente ressoou especialmente em comunidades rurais, onde as mulheres muitas vezes possuem um papel central nas atividades agrícolas e na subsistência.

Muitas vezes, o feminismo rural manifesta-se por meio de movimentos de base e organizações locais, onde as mulheres se unem para enfrentar questões específicas que afetam suas vidas, como violência de gênero, acesso a saúde e educação, e participação política. Esses movimentos são fundamentais para fazer entoar às mulheres rurais e para promover a solidariedade e o desenvolvimento dentro das comunidades (Brumer, 2004).

Desde a primeira assembleia do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1983, ficou evidente que a condição da mulher e suas experiências dentro da família, da sociedade e da política, influenciavam as discussões e direcionavam as ações do movimento. No entanto, tais percepções não se restringiram apenas a essa assembleia inicial, mas foram recorrentes em relatórios de outras assembleias e permearam as discussões realizadas ao longo do tempo (Santos, 2021).

A abordagem feminista, portanto, não se limita a apontar as desigualdades, pois ela pode promover a transformação social. Ela incentiva a participação ativa das mulheres e minorias de gênero nos processos decisórios e nas lutas por justiça social e ambiental. Dessa forma, é possível construir um futuro em que a ruralidade seja sinônimo de equidade, sustentabilidade e respeito às diversidades.

A perspectiva feminista sobre identidade de gênero, ruralidade e espaço revela não apenas as injustiças, mas também as potencialidades de transformação no campo. Ao valorizar

as contribuições e necessidades das mulheres e minorias de gênero, e ao promover a equidade e a justiça, podemos avançar rumo a uma sociedade mais inclusiva e justa para todos e todas o/as habitantes do meio rural.

A construção do presente estudo fundamenta-se em obras de pesquisadoras brasileiras que abordam temas relacionados ao feminismo e/ou aos territórios rurais ou à sua intersecção. São elas: Heleieth Saffioti, Mirla Cisne, Maria Ignez Paulilo, Anita Brumer, Andrea Butto, Amaritha Sen e Bila Sorj. Essas autoras contribuem para a base e o desenvolvimento teórico deste trabalho, oferecendo diferentes perspectivas sobre as interseções entre gênero, território e organização social das mulheres rurais.

4.1 Gênero e Patriarcado: implicações profundas na reflexão das mulheres na sociedade e em territórios rurais

A discussão sobre a posição das mulheres na sociedade é complexa e envolve diversas perspectivas a serem consideradas, sendo permeada por preconceitos arraigados e clichês frequentemente enraizados. A socióloga Heleieth Saffioti (1994) analisa criticamente as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade brasileira, destacando como o patriarcado influencia e é influenciado pelo contexto capitalista, discutindo a resistência feminina e as formas de luta contra a opressão patriarcal.

De acordo a autora, nas sociedades ocidentais, a atribuição de características como emotividade, vulnerabilidade e sensibilidade às mulheres, em contraposição à suposta superioridade masculina, é um fenômeno recorrente. Estereótipos desse tipo muitas vezes são embasados em argumentos aparentemente científicos, que tentam justificar biologicamente aquilo que é essencialmente uma construção social: a cultura patriarcal (Saffioti, 1987).

A autora infere que a diferenciação dos papéis masculinos e femininos impostos pelas sociedades baseia-se mais em critérios socioculturais do que biológicos. De certa maneira, trata-se de uma distinção que induz ao erro, porquanto ignora que o sexo é também um conjunto socialmente construído de ideias moldadas pela cultura. Neste sentido, o patriarcado pode ser compreendido como vinculado ao poder, ou melhor, aos modos de legitimação e reprodução do poder.

É indiscutível o fato de que existe a cultura da supremacia masculina e principalmente em territórios comunitários rurais, e a justificação ideológica da supremacia se manifesta sob diversas formas. Argumenta-se que as mulheres são inerentemente mais aptas para as tarefas domésticas, enquanto os homens, devido à sua suposta superioridade física, são destinados a

ocupar papéis de liderança e a se envolver em atividades mais "masculinas", como a participação em conflitos armados e força física no campo (Sorj *et al*, 2007).

Essa dicotomia entre os papéis de gênero, baseada em noções biológicas questionáveis, perpetua a desigualdade de gênero e reforça a hierarquia patriarcal.

Essa realidade é agravada pela persistência de normas de gênero que atribuem às mulheres a função de cuidadoras principais, enquanto os homens são socialmente incentivados a focar em suas carreiras profissionais. Essa divisão desigual do trabalho reprodutivo e doméstico contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero no espaço produtivo, limitando as oportunidades das mulheres de alcançarem seu pleno potencial profissional (Araújo; Cano, 2004).

Esse contexto destaca as especificidades das mulheres que vivem em áreas rurais, onde a carga de trabalho muitas vezes é ampliada devido às demandas agrícolas e familiares. Essas mulheres enfrentam desafios únicos e barreiras adicionais para continuarem as suas lutas diárias.

No contexto do feminismo no campo, sob o capitalismo, as pessoas marginalizadas lutam por direitos humanos, enfrentando as complexidades da exploração sistêmica. Neste sistema, a injustiça, a desigualdade e a opressão são intrínsecas, resultando em uma realidade multifacetada para as mulheres. De acordo com Mirla Cisne (2014), além das injustiças econômicas, as mulheres enfrentam uma dimensão adicional de desigualdade: o patriarcado. Este sistema, definido como uma estrutura de opressão e exploração das mulheres, entrelaça-se com o capitalismo e o racismo. O patriarcado permeia todas as esferas sociais, inclusive nas interações dentro de uma mesma classe.

Diante desse panorama, o feminismo no campo busca não apenas reconhecer as injustiças enfrentadas pelas mulheres rurais, mas também propor soluções transformadoras. Como destaca Cisne (2014), a luta feminista em espaços rurais deve considerar as intersecções entre patriarcado, capitalismo e racismo, que estruturam a exclusão das mulheres no acesso à terra, ao trabalho agrícola e aos recursos produtivos. Maria Ignez Paulilo (2016) reforça que a invisibilidade do trabalho feminino no campo e a divisão sexual do trabalho são fatores que perpetuam desigualdades e limitam a autonomia das mulheres rurais.

Além disso, Anita Brumer (2004) argumenta que o fortalecimento da organização comunitária é essencial para que as mulheres rurais possam ampliar sua participação política e social, desafiando estruturas opressivas e conquistando direitos historicamente negados. Nesse sentido, o feminismo rural se consolida como uma estratégia fundamental para promover justiça

social, equidade de gênero e autonomia feminina em territórios rurais, contribuindo para a construção de um futuro mais justo para todas as mulheres do campo.

Trata-se, portanto, de uma dominação-exploração que se configura como opressão contra as mulheres (Saffioti, 2015). Nos anos de 1980 e 1990, com o desenvolvimento de gênero como categoria de análise, o conceito de “patriarcado” perdeu força nos estudos feministas. Todavia, Saffioti, bastante ancorada na teoria de Carole Pateman (2020), sobre o contrato sexual, faz a defesa da centralidade de se aprofundar na teoria social do patriarcado para compreender a opressão das mulheres nas sociedades modernas.

O conceito de patriarcado deve ser pensado de maneira política nessas dimensões. Por isso, faz-se importante o uso deste conceito para se referir, principalmente, às relações de poder e dominação. O patriarcado se configura em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Desta forma, afirma a autora, com a manutenção e preservação do patriarcado, a banalização da violência contra a mulher se torna uma consequência.

Saffioti (2015) ainda afirma que gênero está longe de ser um conceito neutro, pelo contrário, carrega uma ideologia patriarcal, que distorce o real objetivo da estrutura de poder desigual entre homens e mulheres. Para a autora, o conceito de gênero não atinge as raízes da relação de poder dominação-exploração, todavia é um conceito útil, rico e necessário.

Pode-se entender então que o conceito de relações de gênero não veio substituir o de patriarcado, mas, sim, o de condições intersubjetivas legitimadas pelo poder patriarcal. O gênero não se resume a uma categoria de análise, apesar de apresentar muita qualidade para isso. Gênero também representa uma categoria histórica, cuja investigação vem demandando muito investimento intelectual devendo-se levar em consideração que o patriarcado está em constante transformação, assim como os demais fenômenos sociais (Saffioti, 2004).

Ainda segundo Saffioti (2004), as pessoas são socializadas para manter o pensamento andrógino, machista, classista e sexista estabelecido pelo patriarcado como poder político organizado e legitimado pelo aparato estatal por meio da naturalização das diferenças sexuais, legitimando as desigualdades e mazelas sociais.

4.2 O desenvolvimento sustentável na ótica da equidade de gênero e o trabalho das mulheres rurais

Conforme destacado por Amartya Sen (2000), o desenvolvimento sustentável envolve a eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas,

permitindo-lhes exercer plenamente sua capacidade de agir de forma consciente e deliberada.

Ao abordar a situação específica das mulheres, os processos de exclusão de indivíduos e a exploração indiscriminada dos recursos naturais têm um impacto duplamente prejudicial sobre elas. Isso se traduz em uma redução ainda maior de sua liberdade para tomar decisões e em uma restrição mais severa decorrente das desigualdades econômicas (SEN, 2000).

Esse contexto revela um modelo de desenvolvimento desigual, que se beneficia das injustiças estruturais e mantém os homens em uma posição de privilégio. Segundo Sen e Kliksberg (2010), as desigualdades de gênero não podem ser dissociadas das condições socioeconômicas e das barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres a recursos e oportunidades. Essa realidade, frequentemente enraizada em sistemas patriarcais, perpetua disparidades entre homens e mulheres, dificultando o alcance da equidade de condições e reconhecimento social.

De acordo com Sen (2011), o acesso limitado a recursos, oportunidades educacionais e econômicas, aliado à persistente discriminação de gênero, reforça ciclos de desigualdade que perpetuam a posição privilegiada dos homens. Corrigir essas injustiças requer não apenas políticas públicas equitativas, mas também uma transformação cultural que valorize a contribuição de todos os gêneros para o desenvolvimento social, econômico e político.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma iniciativa global estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para abordar questões fundamentais relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Como apontam Sen e Kliksberg (2010), a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades são essenciais para promover a liberdade e o bem-estar de todas as pessoas, incluindo grupos historicamente marginalizados, como as mulheres rurais.

Um dos princípios fundamentais dos ODS é a eliminação da discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo (ONU, 2015). No entanto, ainda persistem disparidades significativas, com algumas regiões e países enfrentando níveis mais elevados de desigualdade do que outros. Como resultado, muitas mulheres continuam a encontrar barreiras no acesso a direitos básicos, dificultando a concretização da igualdade de gênero (ONU, 2015).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é outra iniciativa da ONU, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção da igualdade de gênero. De acordo com Sen e Kliksberg (2010), a erradicação da pobreza requer mudanças estruturais profundas, que reduzam as desigualdades e promovam a autonomia das mulheres, permitindo sua participação ativa na sociedade.

Cada um dos eixos do PNUD inclui assessoria sobre políticas públicas, assistência

técnica e programas de financiamento, que, juntos, podem desencadear transformações significativas rumo ao desenvolvimento sustentável (UNDP, 2017). No entanto, nenhum desses eixos pode ser efetivo isoladamente – é necessário um esforço conjunto para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançados.

Territorialmente, nos países do Mercosul, a Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercado Comum do Sul (REAF) é um espaço essencial para a construção de políticas públicas para a agricultura familiar, facilitando a comercialização de seus produtos e a inclusão das mulheres nas discussões sobre equidade de gênero (REAF, 2020).

Para que as mulheres do campo alcancem autonomia, são necessárias políticas diferenciadas, que considerem o contexto onde vivem, incluindo assistência técnica e extensão rural. Além disso, deve-se garantir moradia digna, uma demanda essencial para fortalecer a independência e a autoconfiança das mulheres rurais, permitindo que rompam com ciclos de violência e subordinação (ONU Mulheres, 2018).

Embora a participação das mulheres nas propriedades rurais da agricultura familiar tenha aumentado, isso não significa que as mentalidades sobre seu papel estejam mudando. Como observa Losandro Antonio Tedeschi (2015, p. 129), essa ampliação muitas vezes ocorre por necessidade de mão de obra, e não por uma tomada de consciência de gênero.

No entanto, segundo Tedeschi (2015), ocupar espaços nas forças de trabalho rurais é um caminho promissor para alcançar maior equidade de gênero na agricultura familiar. No entanto, sem uma redistribuição das responsabilidades domésticas, em que os homens também assumam tarefas da casa e da criação dos filhos, diminuindo a dupla jornada das mulheres, a autonomia feminina permanecerá limitada.

Esse é o cenário atual do debate sobre igualdade de gênero no meio rural. Organizações nacionais e internacionais têm se dedicado a essa pauta, buscando ajudar as famílias rurais a superar velhos paradigmas patriarcais e a construir novos espaços baseados em relações mais equitativas.

No contexto do trabalho e suas interações com a sociedade, Karl Marx (1985, p. 49) afirma que o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, no qual, ao modificar o meio externo, o ser humano modifica também sua própria existência.

Silvia Federici (2004) discute o trabalho reprodutivo das mulheres sob uma perspectiva marxista, destacando como a concentração de riqueza afeta especialmente as mulheres do campo. Essa desigualdade estrutural limita seu acesso à terra e ao controle dos meios de produção, forçando muitas delas a vender sua força de trabalho apenas para garantir a própria sobrevivência.

No meio rural, as atividades produtivas são diferenciadas por gênero, com os homens assumindo tarefas consideradas pesadas e as mulheres designadas para atividades leves, como pondera Paulilo (2016). Contudo, essa divisão reflete uma hierarquia de valores, na qual o trabalho feminino é menos reconhecido e muitas vezes não remunerado.

Isso se aplica tanto ao campo quanto às cidades, onde profissões tradicionalmente femininas recebem salários inferiores, e as atividades domésticas, exercidas majoritariamente por mulheres, não são remuneradas.

No espaço público, predominam as atividades remuneradas, geralmente ocupadas por homens. No meio rural, isso corresponde ao trabalho nas lavouras. Já no espaço privado, às mulheres são destinadas tarefas não pagas, como cuidar da casa, dos filhos, dos animais e da horta.

O trabalho das mulheres no campo ainda é frequentemente percebido como uma "ajuda", e não como um elemento essencial para a reprodução da família camponesa (PAULILO, 2016). No entanto, é esse trabalho não remunerado que possibilita a produção de alimentos para comercialização e para o consumo da família, além do cuidado com crianças, idosos e enfermos. Dessa forma, a estrutura do trabalho feminino no meio rural combina relações não capitalistas e capitalistas, garantindo a reprodução da força de trabalho sem que seus custos sejam contabilizados.

4.3 O feminismo territorial em contextos rurais e a participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento territorial em contextos rurais e na promoção da justiça social e ambiental

O Feminismo em contextos rurais assume o papel de luta por autonomia das mulheres e a busca pela igualdade de gênero, focalizando nas vivências das mulheres inseridas em ambientes rurais, sejam elas agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhas ou indígenas (Fraser, 1997).

Uma das desigualdades sociais mais prevalentes na sociedade como um todo, e de maneira especial nos “territórios rurais”, é a desigualdade de gênero. Essa disparidade se reflete diretamente nos espaços institucionais de participação e decisão dos programas destinados a esses “territórios rurais”. Essa realidade demanda uma reflexão crítica sobre a necessidade de inclusão e equidade nas políticas públicas, visando a garantir um espaço justo para todos os gêneros. Conforme salientado por Andréia Butto (2014), o “desenvolvimento rural, quando analisado sob a perspectiva das relações de gênero, ultrapassa a mera promoção da participação

social a qual é uma visão comum entre alguns defensores da abordagem territorial.” É imperativo, portanto, “considerar as diversas dimensões que permeiam a desigualdade enfrentada pelas mulheres no âmbito rural”.

Conforme Butto (2014), a intersecção entre as esferas política e econômica forma o núcleo da análise sobre a posição das mulheres rurais no contexto do “desenvolvimento”. Assim, para se compreender a exclusão econômica das mulheres, é imprescindível incluir na análise os mecanismos políticos frequentemente associados à perpetuação da subordinação, os quais também refletem a dimensão simbólica da desigualdade.

Essa abordagem holística permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas que sustentam a marginalização das mulheres no meio rural, evidenciando a necessidade de uma análise que transcenda o mero aspecto econômico. Nesse contexto, além da família, os espaços públicos e o Estado desempenham um papel muito importante na perpetuação da desigualdade entre mulheres e homens rurais. Esses fatores são fundamentais para compreender as dinâmicas que sustentam essa disparidade.

Na análise de Butto (2014), essas instituições se interconectam da seguinte maneira: na estrutura familiar, os homens se afirmam como representantes diante do mundo público e do Estado – uma posição reconhecida como Chefe de Família. As mulheres, por sua vez, alcançam essa condição apenas na ausência da figura masculina no núcleo familiar. O Estado e os espaços públicos desenvolvem políticas públicas que refletem as necessidades das famílias como um todo, em vez de atender às particularidades de cada indivíduo, desconsiderando suas condições civis e familiares. Essa abordagem pode resultar em soluções que não contemplam a diversidade das experiências individuais. Fortalecem a noção de que as necessidades são universais, evidenciando que, ao se conectar com o “titular”, todos obtêm vantagens. Essa perspectiva persiste nos espaços públicos, que desconsideram tanto as desigualdades econômicas quanto o privilégio masculino nas decisões, bem como no acesso a bens e recursos. Isso esclarece o motivo pelo qual as mulheres estão sub-representadas em espaços públicos e na sociedade civil, além de justificar por que suas demandas e necessidades não são adequadamente incorporadas à agenda de lutas pelo desenvolvimento rural (Butto, 2014, p. 219).

Observa-se, portanto, que os interesses, sonhos e projetos das mulheres que habitam as áreas rurais encontram-se esquecidos. As desigualdades manifestam-se em diversas dimensões que se refletem diretamente sobre o protagonismo das mulheres nas “instâncias territoriais”, evidenciando assim uma disparidade na participação entre homens e mulheres nos contextos rurais.

Uma proporção considerável de agricultores familiares no Brasil, caracterizada por seus reduzidos rendimentos econômicos e pela falta de engajamento em movimentos sociais e sindicais, enfrenta barreiras significativas no acesso às principais políticas públicas de desenvolvimento rural. Isso se evidencia especialmente nas áreas de crédito e extensão rural. Esse segmento da população, juntamente com os assalariados agrícolas que habitam as periferias de pequenos municípios rurais, configura uma parte substancial do meio rural que permanece à margem da sociedade civil. Isso se deve ao fato de que não se integra nem é representado por qualquer organização associativa, política ou sindical. Trata-se de uma população rural invisível que não compõe o público a que políticas públicas de cunho não assistencialista são direcionadas, e intervenções também de caráter público, empreendidas por organizações da sociedade civil Nelson Bonnal *et al*, 2012.

Um segmento significativo dessa população é formado por mulheres rurais que habitam a zona rural, abrangendo a Amazônia, os cerrados e as florestas. Nesse contexto, é fundamental destacar a importância de trazer à tona a temática do feminismo no meio rural, visando evidenciar o protagonismo e a relevância dessas mulheres. O feminismo transcende as barreiras urbanas, ao reconhecer a complexidade das realidades que as mulheres enfrentam em comunidades rurais. Além disso, compreende que as desigualdades de gênero não são exclusivas dos centros urbanos.

No cerne do Feminismo Territorial nos contextos rurais, está a compreensão de que as mulheres desempenham papéis fundamentais na agricultura, na preservação ambiental e na manutenção das comunidades rurais e na luta pela floresta em pé. No entanto, essas contribuições muitas vezes são invisibilizadas e desvalorizadas (Silva, 2021).

O movimento feminista em contexto rural destaca a importância de se reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres rurais, bem como garantir seu acesso a recursos, educação e oportunidades econômicas. Além disso, procura desafiar as normas de gênero arraigadas que limitam o potencial das mulheres, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao dar notoriedade sobre o tema feminismo nas comunidades rurais, o Feminismo Territorial relacionado ao meio rural também está ligado à promoção da justiça social e ambiental. Reconhecendo a interconexão entre questões de gênero e meio ambiente, defendendo as práticas agrícolas sustentáveis, o acesso equitativo aos recursos naturais e a preservação das tradições culturais que respeitam a natureza. Dessa forma, o feminismo se posiciona como uma força transformadora não apenas para as mulheres rurais, mas para toda a sociedade e o meio ambiente.

O desenvolvimento histórico do feminismo territorial relacionado a áreas rurais é um

tema fascinante que remonta às raízes profundas das lutas femininas por equidade e justiça Vilênia Aguiar (2016). Nos recônditos das áreas rurais, as mulheres têm desempenhado papéis cruciais na sustentabilidade das comunidades, embora frequentemente tenham sido marginalizadas e subestimadas. A emergência do feminismo territorial em contextos rurais pode ser rastreada até as primeiras ondas feministas, quando as mulheres começaram a questionar as normas sociais e a buscar uma voz ativa nas decisões que afetavam suas vidas.

Nos contextos rurais, as mulheres enfrentaram desafios únicos, desde a distribuição desigual de recursos até a falta de reconhecimento de suas contribuições para a agricultura e o desenvolvimento local Ilena Barros (2005). O feminismo territorial, assim, evoluiu como uma resposta a essas questões, procurando não apenas a igualdade de gênero, mas também o reconhecimento da interseccionalidade, considerando fatores como classe, etnia e geografia.

Ao longo do tempo, o movimento ganhou força à medida que as mulheres rurais se uniram para compartilhar experiências e estratégias de resistência (Conte; Weschenfelder, 2012). Organizações e coletivos foram formados, visando não apenas à conscientização, mas também a implementação de políticas que promovam a inclusão e a igualdade. O feminismo territorial em contextos rurais abraçou a ideia de autonomia das mulheres em vários aspectos, inclusive o econômico, reconhecendo a importância de fortalecer suas próprias comunidades.

Um marco significativo no desenvolvimento desse movimento foi a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas agrícolas e rurais Carmen Diana Deere (2004). Isso não apenas reconheceu as contribuições vitais das mulheres para a agricultura, mas também buscou corrigir as disparidades existentes. O feminismo territorial, assim, desempenhou um papel fundamental na transformação das mentalidades e na promoção de práticas mais equitativas no meio rural.

A abordagem colaborativa do feminismo territorial em contextos rurais também se manifestou na promoção da educação e da capacitação Adélia Dranski (2019). As mulheres foram incentivadas a adquirir conhecimentos sobre técnicas agrícolas sustentáveis, gestão de recursos e liderança comunitária. Essa capacitação não apenas fortaleceu as mulheres individualmente, mas também contribuiu para uma mudança estrutural nas comunidades rurais, onde as mulheres passaram a desempenhar papéis mais proeminentes em processos decisórios. Algumas foram até eleitas delegadas de sindicatos, sendo representantes dos seus povoados perante o sindicato dos trabalhadores rurais.

Além disso, a luta contra a violência de gênero nas áreas rurais tornou-se uma prioridade essencial para o feminismo territorial em contextos rurais (Herrera, 2019). Esforços significativos foram feitos para sensibilizar as comunidades sobre os efeitos prejudiciais da

violência, enquanto simultaneamente se buscava garantir recursos e serviços de apoio às vítimas. O movimento reconheceu que a erradicação da violência de gênero era inseparável da construção de comunidades rurais mais justas e igualitárias. O feminismo territorial em contextos rurais também desafiou as estruturas patriarcais tradicionais, defendendo a participação ativa das mulheres em todos os níveis de governança local Sônia Fátima Schwendler (2009).

A busca por justiça ambiental e a conscientização sobre as interconexões entre gênero e meio ambiente também foram aspectos fundamentais do feminismo territorial em contextos rurais (Mies, 2016). Pois as mulheres rurais eram guardiãs valiosas da terra e dos recursos naturais, e sua inclusão nas discussões sobre sustentabilidade tornou-se imperativa.

Em primeiro lugar, as estratégias do feminismo territorial em áreas rurais frequentemente envolvem a criação de redes e alianças sólidas. As mulheres rurais reconhecem a importância da união e da solidariedade para fortalecer suas vozes e enfrentar questões comuns. Essas redes não apenas proporcionam apoio emocional, servindo, portanto, como plataformas para a troca de experiências e a construção de estratégias coletivas (Aguilar, 2016).

Outra tática importante adotada pelo feminismo territorial em contextos rurais é a promoção da autonomia econômica das mulheres. Compreendendo a interseccionalidade das desigualdades, o movimento busca não apenas a igualdade de gênero, pois atua no fortalecimento financeiro das mulheres rurais. Isso inclui iniciativas para acesso a crédito, capacitação em empreendedorismo e suporte para atividades econômicas sustentáveis, consolidando a autonomia financeira das mulheres (Barros, 2005).

A participação política ativa é uma característica proeminente das atuações do feminismo territorial. Mulheres rurais têm buscado assumir papéis de liderança em suas comunidades, reivindicando espaço em conselhos locais e órgãos de decisão. Essa estratégia visa não apenas à representação, pois visa à transformação das políticas públicas de forma inclusiva e sensível às questões de gênero (Conte; Weschenfelder, 2012).

E, neste contexto, combater a desigualdade de gênero no meio rural é uma das alternativas de alcançar o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais. O feminismo territorial em áreas rurais reconhece que a erradicação da violência é essencial para o desenvolvimento de comunidades mais justas e seguras (Deere, 2004).

Educação e capacitação são ferramentas fundamentais nas estratégias do feminismo territorial. Iniciativas visam não apenas ao desenvolvimento de habilidades práticas, como técnicas agrícolas sustentáveis, e à promoção da conscientização sobre direitos, gênero e cidadania. Essa abordagem contribui para a formação de lideranças conscientes e engajadas

(Dranski, 2019).

A desconstrução das estruturas patriarcais é uma meta constante do feminismo territorial. A busca por igualdade de acesso a recursos, participação nas tomadas de decisões e a superação de estereótipos de gênero são abordagens que visam à transformação cultural e social nas comunidades rurais (Herrera, 2019).

No contexto ambiental, o feminismo territorial em contextos rurais destaca a conexão intrínseca entre gênero e meio ambiente. As estratégias incluem a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, a valorização do papel das mulheres como guardiãs da terra e a participação ativa em debates sobre políticas ambientais (Mies, 2016).

A valorização do trabalho reprodutivo é uma dimensão frequentemente abordada pelo feminismo territorial. O reconhecimento e a redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas são estratégias que visam a garantir que as mulheres rurais não sejam sobrecarregadas e tenham espaço para participação em outras esferas da vida comunitária (Schwendler, 2009).

Ao analisar as estratégias e atuações do feminismo territorial, percebe-se que o movimento é multifacetado e adaptável. A combinação de ações práticas, conscientização, participação política e busca por autonomia econômica reflete a abordagem abrangente do movimento para enfrentar as complexidades das desigualdades de gênero nas áreas rurais evidenciando a importância do posicionamento das mulheres em busca de autonomia e lugares de fala.

Em algumas grandes propriedades de grãos no estado do Mato Grosso, alguns fazendeiros estão dando oportunidade a mulheres operadoras de máquinas pesadas, sendo específico para manusear colheitadeiras. Por se tratar de uma máquina cara, eles acreditam que as mulheres possuem maior atenção para o manuseio das máquinas com painéis digitais. Porém, esses mesmos fazendeiros já relataram que ocorre um desgaste muito grande com a equipe, pois é como se fosse uma guerra por poder entre os funcionários ao deixar uma mulher operar a máquina, que muitas vezes consiste na mais cara da propriedade.

Em síntese, as estratégias do feminismo territorial em contextos rurais são intrinsecamente ligadas à realidade e às necessidades das mulheres rurais. Ao adotar abordagens holísticas, o movimento demonstra não apenas a busca pela igualdade de gênero, mas também o comprometimento com o desenvolvimento sustentável e a justiça social nas comunidades rurais.

O papel do movimento feminista no contexto rural na promoção da justiça social e ambiental é de suma importância, de mudanças e transformações profundas na sociedade. Este

movimento, impulsionado por uma visão holística de equidade, pretende além da igualdade entre os indivíduos, a harmonia entre as comunidades e o meio ambiente que as circunda (Aguiar, 2016).

Em sua essência, o movimento pela justiça social e ambiental as relações sociais, onde todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham acesso a oportunidades, recursos e direitos. Ele reconhece e desafia as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade, buscando corrigir disparidades historicamente enraizadas (Barros, 2005).

No contexto da justiça ambiental, o movimento procura garantir que a distribuição dos ônus e benefícios ambientais seja equitativa, evitando que comunidades marginalizadas sejam desproporcionalmente afetadas por práticas danosas ao meio ambiente. A luta por uma abordagem ambientalmente justa visa a proteger os direitos das comunidades vulneráveis e promover práticas sustentáveis em todos os setores (Conte; Weschenfelder, 2012).

Ao mesmo tempo, o movimento pela justiça social reconhece que as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas às desigualdades sociais. A poluição, as mudanças climáticas e outros desafios ambientais impactam de maneira desproporcional os mais vulneráveis, aprofundando ainda mais as disparidades sociais. Assim, a busca por justiça social e ambiental se torna uma causa interligada, em que a equidade social é vista como uma condição prévia para a sustentabilidade ambiental (Deere, 2004).

O movimento desempenha um papel essencial na conscientização da sociedade sobre a interconexão entre justiça social e ambiental. Por meio de campanhas educativas, mobilizações e diálogos construtivos, busca-se informar e engajar a comunidade na compreensão dos impactos sociais e ambientais de suas ações. A promoção da educação ambiental e da justiça social é, portanto, uma ferramenta fundamental na construção de uma consciência coletiva voltada para a equidade e a sustentabilidade (Dranski, 2019).

No âmbito legislativo, o movimento feminista desafia e pressiona por políticas públicas que incorporem princípios de justiça social e ambiental. Busca-se a implementação de regulamentações que responsabilizem as empresas por práticas prejudiciais e promovam a inclusão social e a preservação ambiental. Ao envolver-se ativamente no processo político, o movimento visa a criar mudanças sistêmicas que beneficiem a sociedade como um todo (Herrera, 2019).

A resistência às práticas predatórias e insustentáveis é um dos pilares do movimento. Através de protestos pacíficos, ocupações, e outras formas de resistência não violenta, as comunidades afetadas buscam proteger seus direitos e chamar a atenção para as injustiças ambientais e sociais. Esta resistência não apenas desafia as práticas prejudiciais, mas também

fortalece a coesão social e a conscientização coletiva (Mattos, 1997).

A promoção da justiça social e ambiental não se limita a uma esfera geográfica específica. O movimento atua globalmente, reconhecendo que os desafios sociais e ambientais não conhecem fronteiras. Redes internacionais e alianças são formadas para enfrentar questões como a exploração de recursos naturais, a degradação ambiental e as consequências globais das mudanças climáticas (Mies, 2016).

A perspectiva interseccional é um componente importante do movimento, reconhecendo que as injustiças sociais e ambientais muitas vezes se entrelaçam. Mulheres, minorias étnicas, povos indígenas e outras comunidades marginalizadas enfrentam desafios específicos que requerem abordagens inclusivas e sensíveis à diversidade (Schwendler, 2009).

A colaboração entre diferentes setores da sociedade é fundamental para o sucesso do movimento. Parcerias entre organizações não-governamentais, empresas socialmente responsáveis, instituições acadêmicas e governos são forjadas para criar soluções abrangentes e sustentáveis. A promoção da justiça social e ambiental é uma tarefa complexa que exige o envolvimento de todos os setores da sociedade (Schwendler, 2009).

A tecnologia e a inovação são aliadas na busca por soluções sustentáveis. O movimento incentiva o desenvolvimento e a implementação de tecnologias que reduzam o impacto ambiental e promovam a inclusão social. O uso criativo da tecnologia é visto como uma ferramenta poderosa para a conscientização e a mobilização em prol da justiça social e ambiental (Aguiar, 2016).

O movimento pela justiça social e ambiental, portanto, desempenha um papel importante na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Ao desafiar estruturas injustas, promover a conscientização e buscar soluções inovadoras, contribui para a construção de um mundo onde a equidade social e a preservação ambiental coexistem harmoniosamente. O movimento não é apenas uma força de resistência, mas também um catalisador de esperança e transformação, inspirando ações positivas em direção a um futuro mais justo e sustentável.

5 ANÁLISE DOS ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES ENCONTRADOS

A pesquisa sobre o feminismo territorial em contextos rurais, tem crescido nos últimos anos, refletindo a importância da participação das mulheres na agricultura familiar e em movimentos sociais do campo. As mulheres rurais enfrentam desafios estruturais relacionados à falta de acesso à terra, crédito agrícola e representação política, ao mesmo tempo em que desempenham um papel essencial na produção de alimentos, preservação ambiental e sustentabilidade comunitária. Estudos recentes apontam que, apesar dos avanços promovidos por políticas públicas e organizações feministas, a desigualdade de gênero no meio rural ainda é persistente e requer ações específicas para garantir a equidade.

Diante desse contexto, esta pesquisa se propôs a analisar artigos, teses e dissertações acadêmicas que discutem as barreiras e estratégias de resistência das mulheres rurais, abordando o feminismo e autonomia feminina de mulheres rurais. A seleção dos artigos, teses e dissertações incluiu produções que abordam tanto aspectos históricos e teóricos do feminismo rural, quanto análises sobre a atuação de movimentos sociais, redes de apoio e políticas públicas voltadas para mulheres do campo. A abordagem adotada permite compreender como esses fatores se relacionam e quais são os caminhos possíveis para fortalecer a luta das mulheres no meio rural.

O Quadro 1 apresenta os 11 trabalhos entre artigos, teses e dissertações selecionados para análise, contemplando publicações extraídas das bases CAPES, Google Acadêmico e SciELO. Esses trabalhos foram escolhidos considerando sua relevância para o tema, aprofundamento teórico e relevância empírica, fornecendo uma visão abrangente sobre os desafios e conquistas das mulheres rurais. A seguir, são apresentados os detalhes dessas publicações:

Quadro 1 – Artigos, Teses e Dissertações Escolhidos para Análise

Título dos Artigos, Teses e Dissertações	Autor(a)	Ano	Base de Dados
Educação e Formação Política das Mulheres Camponesas: Uma Análise da Marcha das Margaridas	Ydávila Vasconcelos Martins	2022	CAPES
Feminismo(s) Rural(is) em Tela – Contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre	Rogério Nogueira de Mesquita e Maria das Graças Silva Nascimento Silva	2019	Google Acadêmico
Medo Nós Tem, Mas Não Usa: Narrativas Feministas Rurais do Movimento da Mulher	Gabriela Monteiro Araújo	2020	CAPES

Título dos Artigos, Teses e Dissertações	Autor(a)	Ano	Base de Dados
Trabalhadora Rural do Nordeste			
Mulheres e Territórios Vividos em Contextos Rurais: Um Olhar sobre a Política de Desenvolvimento Territorial	Emília Pietrafesa de Godoi e Vilênia V. Porto Aguiar	2018	SciELO
Representações Sociais de Feminismo em Contextos de Ruralidade: Um Estudo com Mulheres Rurais no Sertão da Bahia	Míria Moraes Dantas	2022	CAPES
Autonomia Crítica das Mulheres Rurais: A Casa Pode Cair, Elas Querem Voar	Analine Almeida Specht	2019	CAPES
A Perspectiva da Agroecologia na Produção da Ideia de Feminismo Rural no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	Iasmim de Araújo Vieira	2020	Google Acadêmico
A Espacialização da Luta das Mulheres Camponesas em Sergipe: Feminismo e Resistência	Laiany Rose Souza Santos	2019	CAPES
Olha Brasília Está Florida, Estão Chegando as Decididas: Experiências de um Feminismo Rural no Brasil a Partir da Marcha das Margaridas	Dayane Nascimento Sobreira	2022	CAPES
O Conceito de Classe Social no Feminismo Camponês e Popular	Maria Ignez Silveira Paulilo	2022	SciELO
O Empoderamento Feminino sob a Perspectiva de Mulheres do Meio Rural	Neide Aparecida Riza Andrade e Luzilene de Almeida Martiniano	2022	Google Acadêmico

A análise dos 11 artigos, teses e dissertações selecionados evidencia a diversidade de abordagens sobre o feminismo rural e territorial, abrangendo desde discussões teóricas sobre a luta das mulheres no campo até análises práticas sobre os desafios enfrentados nos movimentos sociais e na produção agrícola. Observamos que a maioria dos artigos, teses e dissertações foi encontrada na base de dados CAPES, o que sugere que a produção acadêmica sobre o tema ainda está concentrada em pesquisas de mestrado e doutorado, refletindo a importância do meio acadêmico na formulação de debates críticos sobre gênero e território. No entanto, a presença de estudos no Google Acadêmico e SciELO indica que existem esforços para ampliar a disseminação desse conhecimento em periódicos científicos, possibilitando maior visibilidade para as questões enfrentadas pelas mulheres rurais.

Os temas abordados nos artigos, teses e dissertações apresentam pontos em comum, como a dificuldade de acesso das mulheres à terra e ao crédito agrícola, além da falta de participação política. Esses desafios são recorrentes em diversos estudos, apontando para a

necessidade de políticas públicas mais efetivas e direcionadas à realidade das trabalhadoras rurais. Além disso, as pesquisas analisadas demonstram que, apesar da significativa contribuição feminina para a produção agrícola e sustentabilidade ambiental, seu trabalho ainda é subvalorizado, muitas vezes sendo tratado como uma mera "ajuda" aos homens, invés de ser reconhecido como essencial para a economia rural.

Outro aspecto central identificado nos trabalhos e artigos analisados é a importância da organização coletiva das mulheres no campo, especialmente por meio de movimentos como a Marcha das Margaridas e associações comunitárias voltadas para a agroecologia e segurança alimentar. As pesquisas que discutem a formação política e feminista das mulheres rurais, como as abordagens da Escola de Educadoras Feministas (EEF), demonstram que a educação desempenha um papel importante na conscientização e no fortalecimento da participação feminina em espaços de decisão. Esses movimentos e redes de apoio são fundamentais para enfrentar as desigualdades de gênero no meio rural e para ampliar as conquistas das mulheres camponesas.

A presença de artigos, teses e dissertações que analisam a interseção entre feminismo e agroecologia reforça que a sustentabilidade ambiental e a autonomia feminina estão diretamente relacionadas. A agroecologia tem se mostrado uma alternativa viável de produção agrícola, promovendo práticas que respeitam o meio ambiente e ao mesmo tempo garantem maior independência para as trabalhadoras rurais. Estudos como os de Vieira (2020) e Paulilo (2016) demonstram que as mulheres estão à frente de muitas iniciativas agroecológicas, o que evidencia a necessidade de políticas de incentivo para essas práticas.

A presença reduzida de mulheres em espaços institucionais, a sobrecarga da jornada contínua de trabalho e a persistência da violência de gênero são desafios que exigem maior atenção das políticas públicas e da sociedade como um todo. A valorização da participação das mulheres no campo passa pelo reconhecimento de seu trabalho produtivo e reprodutivo, pela ampliação do acesso à terra e pela criação de redes de apoio que promovam sua autonomia e emancipação.

A análise dos documentos evidencia que o feminismo rural em contextos rurais tem sido um instrumento essencial para a autonomia e emancipação das mulheres do campo. Segundo Analine Specht (2019), essa autonomia envolve não apenas o acesso à terra e aos recursos produtivos, mas também a ocupação de espaços políticos e econômicos. Contudo, diversas barreiras estruturais ainda dificultam esse processo, sendo as mais recorrentes o patriarcado, a exclusão de mulheres das políticas agrárias e a desigualdade no acesso a recursos financeiros (Paulilo, 2016).

No que se refere ao acesso à terra e aos recursos produtivos, os estudos analisados mostram que a concentração fundiária e a falta de políticas públicas direcionadas limitam a atuação autônoma das mulheres na produção agrícola. De acordo com Gabriela Monteiro (2020), em muitos assentamentos as mulheres são vistas apenas como auxiliaadoras dos homens, e não como agentes principais da produção, reforçando a necessidade de políticas de incentivo ao protagonismo feminino.

A relação entre feminismo e agroecologia tem se consolidado como um fator-chave para a resistência das mulheres rurais. Segundo Iasmim Araújo Vieira (2020), a agroecologia não só permite práticas produtivas sustentáveis, mas também favorece a autonomia econômica dessas mulheres. O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE) tem desempenhado um papel relevante nesse processo, promovendo a educação política e ambiental como estratégia de emancipação feminina.

A Marcha das Margaridas, um dos maiores movimentos feministas do campo, também foi um dos temas centrais abordados nos artigos. Ydávila Vasconcelos Martins (2022) destaca que a Marcha representa um espaço de reivindicação por direitos, promovendo debates sobre acesso à terra, direitos trabalhistas e combate à violência de gênero. Essa mobilização tem sido essencial para a construção de redes de apoio e formação política entre as mulheres do campo.

Além das ações coletivas, as mulheres rurais enfrentam desafios individuais que dificultam sua ascensão econômica e social. Laiany Rose Souza Santos (2019), identificou que a presença feminina em conselhos agrícolas, sindicatos e órgãos reguladores do setor rural ainda é extremamente reduzida. Essa ausência resulta na falta de políticas públicas que contemplem as especificidades das mulheres do campo.

A Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) tem buscado minimizar essa disparidade, promovendo iniciativas para garantir segurança alimentar e nutricional e reconhecer a agricultura familiar como um setor estratégico Dayane (Sobreira, 2022). A educação feminista para mulheres rurais também surge como fator fundamental para sua emancipação. Vieira (2020) descreve a atuação da Escola de Educadoras Feministas (EEF) como um projeto essencial para fortalecer a identidade e a formação política das mulheres camponesas.

O impacto da violência de gênero e da dependência financeira na vida das mulheres rurais é outro ponto central. Segundo dados da ONU Mulheres (2018), muitas permanecem em relacionamentos abusivos devido à falta de alternativas econômicas e sociais. A ampliação de políticas de assistência social e crédito agrícola exclusivo para mulheres é uma das principais recomendações para enfrentar esse problema.

A falta de acesso ao crédito agrícola específico para mulheres é um desafio recorrente. Vieira (2020) aponta que, embora existam programas de financiamento para a agricultura familiar, muitas mulheres encontram dificuldades para acessá-los devido à burocracia e à falta de garantias bancárias.

Outro aspecto abordado pelos estudos foi a valorização do trabalho feminino na produção agrícola. De acordo com Paulilo (2016), a divisão sexual do trabalho no campo marginaliza o trabalho das mulheres, tratando-o como apoio e não como produção essencial. Essa realidade reflete-se também no não reconhecimento da dupla jornada das trabalhadoras rurais, que acumulam tarefas produtivas e domésticas. Os estudos analisados demonstram que, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres rurais, ainda há muitos desafios a serem superados, especialmente na formulação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar com valorização das mulheres. A ampliação do acesso à terra, crédito, educação política e redes de apoio são fundamentais para a construção de um modelo agrícola mais justo e igualitário.

Os estudos evidenciam que o feminismo rural tem sido um instrumento de resistência e transformação social, abordando desde a exclusão histórica das mulheres do acesso à terra e crédito agrícola, até sua luta por reconhecimento como agentes produtivas fundamentais para a economia rural e para a preservação ambiental. A invisibilização do trabalho feminino e a persistência de relações patriarcais no meio rural ainda são desafios significativos, que dificultam a emancipação dessas mulheres e limitam seu acesso a direitos básicos, como propriedade da terra, crédito, educação e proteção contra a violência. O acesso a esses direitos é essencial para garantir que as mulheres do campo possam exercer plenamente sua cidadania e protagonismo na agricultura familiar e nos movimentos sociais.

Os artigos, teses e dissertações indicam que a concentração fundiária continua sendo um dos principais entraves para as mulheres rurais. Muitas delas não possuem titularidade da terra, o que as impede de acessar linhas de crédito e programas governamentais destinados à agricultura familiar. Segundo Paulilo (2016), a estrutura agrária brasileira ainda favorece a transmissão hereditária da terra aos filhos homens, excluindo as mulheres da sucessão e limitando sua independência financeira. Essa prática, além de reforçar desigualdades históricas, perpetua um modelo produtivo que desvaloriza a atuação feminina na agricultura. No entanto, movimentos sociais e redes de apoio têm desempenhado um papel fundamental na luta pelo direito à terra para as mulheres, reivindicando políticas de regularização fundiária e acesso equitativo aos recursos naturais.

A relação entre feminismo e agroecologia aparece como um tema central nos estudos

analisados. A agroecologia representa uma alternativa sustentável ao modelo agrícola convencional, e também se tornou uma ferramenta para as mulheres rurais, permitindo que as mulheres tenham maior autonomia sobre a produção de alimentos e sua comercialização. Como aponta Vieira (2020), muitas mulheres estão à frente de iniciativas agroecológicas, promovendo a soberania alimentar e a preservação ambiental. A adoção de práticas agroecológicas tem sido incentivada por organizações como o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), que reforça a necessidade de vincular a luta feminista às questões ambientais e à sustentabilidade. Esse protagonismo das mulheres na agroecologia demonstra que sua atuação no meio rural vai além da produção agrícola, abrangendo também a defesa dos territórios e dos modos de vida camponeses.

A Marcha das Margaridas surge como um dos movimentos feministas mais importantes do meio rural, sendo amplamente discutida nos artigos, teses e dissertações analisados. Conforme destaca Martins (2022), a Marcha tem sido um espaço muito importante para reivindicar políticas públicas voltadas às mulheres do campo, incluindo acesso à terra, direitos trabalhistas e combate à violência de gênero. Esse movimento, que reúne milhares de mulheres de diferentes regiões do Brasil, fortalece redes de solidariedade e possibilita a troca de experiências sobre estratégias de resistência e enfrentamento das desigualdades de gênero no campo. A Marcha também se configura como um espaço de formação política, permitindo que mulheres historicamente excluídas dos espaços de decisão possam se organizar coletivamente e reivindicar seus direitos de maneira mais eficaz.

A presença reduzida de mulheres nos espaços institucionais é um dos desafios apontados pelas pesquisas analisadas. Segundo Souza Santos (2019), a participação feminina em sindicatos, conselhos agrícolas e órgãos reguladores do setor rural ainda é muito limitada, refletindo a persistência de barreiras culturais e institucionais que impedem a ascensão política das trabalhadoras rurais. Esse fator reforça a necessidade de formação política e capacitação das mulheres, para que possam ocupar esses espaços e influenciar na formulação de políticas que contemplem suas demandas. A criação de programas de incentivo à liderança feminina no campo pode ser uma estratégia eficaz para garantir maior representatividade e fortalecer a luta por equidade de gênero na agricultura familiar.

Os artigos, teses e dissertações analisados também ressaltam a dificuldade de acesso ao crédito agrícola por parte das mulheres rurais. Apesar da existência de programas governamentais voltados para a agricultura familiar, Vieira (2020) aponta que muitas mulheres enfrentam barreiras burocráticas e exigências que dificultam a obtenção de financiamentos para seus projetos produtivos. Sem a posse formal da terra ou garantias bancárias, muitas acabam

sendo excluídas do sistema financeiro rural, o que compromete sua autonomia econômica e reforça a dependência financeira em relação aos homens. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas à realidade das mulheres do campo, garantindo condições mais acessíveis para que possam investir em suas produções e fortalecer sua presença no setor agrícola.

Outro fator abordado nos estudos é a sobrecarga da dupla jornada de trabalho das mulheres rurais. Conforme Paulilo (2016), além das atividades agrícolas, as mulheres continuam sendo responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com a família, o que limita sua participação em atividades políticas e econômicas. Esse acúmulo de funções reforça a invisibilização do trabalho feminino e impacta negativamente sua qualidade de vida e sua autonomia. Para enfrentar esse desafio, é fundamental que as políticas públicas voltadas às mulheres do campo também contemplem ações de apoio à divisão equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidados.

A seguir, o Quadro 2 apresenta um panorama mais detalhado dos principais desafios enfrentados pelas mulheres rurais e das estratégias utilizadas para superação dessas barreiras, conforme identificado nos artigos, teses e dissertações analisados.

Quadro 2 – Desafios e Estratégias das Mulheres Rurais

Desafios	Impactos	Estratégias de Superação
Falta de acesso à terra	Limitação da autonomia econômica e dependência dos homens	Movimentos sociais, regularização fundiária, pressão por políticas públicas específicas
Invisibilização do trabalho feminino	Falta de reconhecimento da contribuição das mulheres na economia rural	Fortalecimento da agroecologia, cooperativas femininas, redes de apoio e formação política
Participação reduzida nos espaços políticos	Dificuldade de influenciar na formulação de políticas públicas	Capacitação de lideranças femininas, presença em sindicatos e conselhos agrícolas
Dificuldade de acesso ao crédito agrícola	Restrição ao investimento em atividades produtivas independentes	Reformulação de programas de financiamento, criação de linhas de crédito exclusivas para mulheres rurais

Desafios	Impactos	Estratégias de Superação
Violência de gênero e dependência financeira	Restrição da liberdade, perpetuação da desigualdade e falta de proteção social	Criação de redes de apoio, implementação de casas de abrigo, assistência social e econômica

Os trabalhos analisados demonstram que, apesar dos desafios enfrentados pelas mulheres rurais, suas estratégias de resistência têm gerado avanços significativos na luta por equidade de gênero no campo. A valorização do trabalho feminino, a ampliação do acesso a políticas públicas e a promoção da autonomia econômica são aspectos fundamentais para garantir que as mulheres do campo tenham maior controle sobre suas vidas e suas condições de trabalho. Para que essas conquistas se consolidem, é essencial o fortalecimento das redes de apoio e da formação política, garantindo que mais mulheres tenham voz ativa nos processos de decisão que impactam suas vidas e suas comunidades.

A análise dos artigos, teses e dissertações revela que a luta das mulheres rurais por equidade de gênero é atravessada por diversas camadas de opressão estruturais, que vão desde a exclusão da propriedade da terra até a precarização de seu trabalho na produção agrícola. Além dos desafios econômicos, as trabalhadoras rurais enfrentam barreiras culturais que limitam sua participação em espaços políticos e decisórios. O patriarcado no meio rural é reforçado por uma estrutura agrária que tradicionalmente privilegia os homens, dificultando que as mulheres tenham voz ativa na definição de políticas públicas que impactam diretamente sua realidade. Essa exclusão política, por sua vez, perpetua a marginalização das mulheres no campo e reforça a ausência de medidas eficazes para garantir seus direitos.

A invisibilização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais é um dos aspectos mais recorrentes nos estudos analisados. Conforme aponta Paulilo (2016), a divisão sexual do trabalho no campo mantém as mulheres em funções menos valorizadas, relegando a elas as atividades consideradas auxiliares, como o cultivo de subsistência, o beneficiamento de alimentos e o cuidado com os animais. Entretanto, esses trabalhos são essenciais para a sustentabilidade das comunidades rurais e para a segurança alimentar da população. O não reconhecimento dessas atividades reforça a desvalorização econômica das mulheres e compromete sua autonomia financeira, pois, muitas vezes, elas não recebem qualquer compensação por seu trabalho.

De acordo com Iasmim Vieira (2020), a relação entre feminismo e agroecologia se fortalece nesse cenário, pois as mulheres têm desempenhado um papel central na preservação

ambiental e na busca por práticas agrícolas sustentáveis. A promoção da agroecologia, além de contribuir para a autonomia produtiva das mulheres, é uma estratégia fundamental para a mitigação dos impactos ambientais causados pelo agronegócio.

A Marcha das Margaridas e outros movimentos feministas do campo têm sido fundamentais para fortalecer as demandas das mulheres rurais e pressionar o governo por políticas públicas mais eficazes. Por meio dessas mobilizações, as trabalhadoras do campo conquistaram avanços importantes, como a ampliação do crédito rural para mulheres, programas de fortalecimento da agroecologia e maior visibilidade para a questão da violência de gênero no meio rural. No entanto, conforme aponta Martins (2022), essas conquistas ainda são insuficientes para modificar as estruturas de opressão que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres no campo. Para que essas mudanças sejam duradouras, é necessário um compromisso contínuo do Estado e da sociedade na construção de políticas de equidade.

A criação de associações femininas, cooperativas agrícolas e grupos de formação política tem possibilitado que mais mulheres se organizem e reivindiquem seus direitos, além de proporcionar alternativas de geração de renda. Segundo Specht (2019), essas iniciativas são essenciais para fortalecer a identidade feminista no meio rural, garantindo que as trabalhadoras tenham espaços de troca e apoio mútuo. A organização comunitária tem sido um fator decisivo para a resistência das mulheres frente às desigualdades, pois promove o desenvolvimento coletivo e incentiva a participação ativa na tomada de decisões.

A seguir, o Quadro 3 apresenta uma síntese dos principais temas abordados nos artigos teses, e dissertações analisados, destacando as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais, suas conquistas e os desafios que ainda precisam ser superados.

Quadro 3 – Desafios, Conquistas e Demandas Futuras das Mulheres Rurais

Temas Centrais	Principais Desafios	Conquistas	Demandas Futuras
Acesso à terra	Ausência de titularidade da terra, herança masculina, exclusão de programas de regularização fundiária	Pressão de movimentos sociais, criação de políticas para regularização fundiária	Expansão de políticas de acesso à terra para mulheres, garantia de titularidade conjunta
Crédito agrícola	Dificuldade de acesso a financiamentos devido à	Ampliação de algumas linhas de crédito para	Criação de linhas de crédito exclusivas para

Temas Centrais	Principais Desafios	Conquistas	Demandas Futuras
	falta de garantias e burocracia excessiva	mulheres, programas de fomento à agricultura familiar	mulheres, simplificação dos processos bancários
Trabalho invisibilizado	Desvalorização do trabalho feminino na agricultura, acúmulo de funções produtivas e domésticas	Fortalecimento das cooperativas femininas e da agroecologia como alternativa produtiva	Políticas de reconhecimento do trabalho feminino no campo, remuneração para atividades domésticas e de cuidado
Participação política	Baixa presença feminina em sindicatos, conselhos agrícolas e órgãos governamentais	Maior inserção das mulheres em movimentos sociais, ampliação da formação política	Criação de programas de incentivo à liderança feminina no campo, cotas para mulheres em espaços decisórios
Violência de gênero	Dependência financeira, falta de suporte institucional, dificuldades de denúncia	Maior visibilidade do tema, fortalecimento de redes de apoio comunitárias	Expansão de políticas públicas de proteção, criação de casas de abrigo e suporte jurídico no meio rural

A falta de políticas públicas específicas para as mulheres rurais, que muitas vezes são tratadas como uma categoria secundária nas políticas voltadas à agricultura familiar, evidencia a importância de mudanças significativas de políticas públicas que incluam as mulheres nas paltas. Essa lacuna reflete a permanência de um modelo de desenvolvimento rural centrado na figura masculina, que ignora as necessidades e demandas das mulheres do campo. Conforme aponta Souza Santos (2019), a ausência de políticas voltadas para a realidade das mulheres impede a implementação de programas eficazes, perpetuando as desigualdades e dificultando a construção de um meio rural mais justo e equitativo.

A educação feminista no campo tem sido uma estratégia eficaz para combater as desigualdades estruturais enfrentadas pelas mulheres rurais. A Escola de Educadoras Feministas (EEF), por exemplo, tem desempenhado um papel importante na formação política

e na ampliação do conhecimento das trabalhadoras do campo sobre seus direitos. Vieira (2020) ressalta que o acesso à educação e à informação é um dos principais fatores que contribuem para a autonomia feminina, pois permite que as mulheres se organizem, reivindiquem direitos e participem ativamente de decisões que impactam suas vidas.

A violência de gênero no meio rural é um dos problemas mais graves identificados na análise dos artigos. Segundo ONU Mulheres (2018), a falta de estrutura para o acolhimento de vítimas e a dificuldade de acesso a delegacias especializadas fazem com que muitas mulheres permaneçam em situações de violência por não terem alternativas seguras. A implementação de casas de abrigo, a ampliação da rede de proteção e a criação de políticas de suporte financeiro para mulheres em situação de vulnerabilidade são medidas essenciais para garantir que essas trabalhadoras possam romper com ciclos de violência e construir uma vida independente.

A análise realizada ao longo deste estudo revela que as mulheres rurais desempenham um papel essencial na economia agrícola, na sustentabilidade ambiental e na preservação dos modos de vida tradicionais. No entanto, ainda enfrentam desafios estruturais que limitam sua autonomia e seu acesso a direitos básicos, como a titularidade da terra, crédito rural e participação política. Essas dificuldades são reforçadas por uma cultura patriarcal historicamente enraizada, que continua a marginalizar o trabalho e a atuação das mulheres no campo. Mesmo com avanços significativos na luta feminista rural, existem ainda barreiras institucionais e culturais que dificultam o pleno reconhecimento da importância dessas trabalhadoras na sociedade.

Os trabalhos analisados demonstram que, para superar esses desafios, as mulheres rurais têm se organizado coletivamente por meio de movimentos sociais, associações e redes de apoio. O feminismo territorial em contextos rurais surge como uma abordagem que amplia a compreensão da luta feminina no meio rural, considerando as especificidades dos territórios e as dinâmicas locais de produção e resistência. O reconhecimento das mulheres como agentes fundamentais para a soberania alimentar e para o desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, pela formulação de políticas públicas direcionadas a essa população, garantindo que possam exercer seus direitos e ampliar sua participação na tomada de decisões.

Entre os avanços conquistados, destaca-se a Marcha das Margaridas, um dos principais movimentos de reivindicação das mulheres do campo. A mobilização coletiva promovida por esse movimento tem sido fundamental para dar visibilidade às demandas das mulheres rurais e pressionar o Estado para a implementação de políticas públicas mais eficazes. No entanto, a ausência de medidas estruturantes e a descontinuidade de políticas voltadas à agricultura

familiar e ao fortalecimento da economia solidária ainda representam desafios para a consolidação das conquistas feministas no meio rural.

Diante dos desafios enfrentados pelas mulheres rurais, diversas estratégias têm sido adotadas para fortalecer sua autonomia e garantir a equidade de gênero no meio rural. Essas estratégias incluem a mobilização coletiva em movimentos sociais, a adoção de práticas agroecológicas, a luta por maior participação política e a criação de redes de solidariedade e economia solidária. Além disso, políticas públicas específicas têm sido reivindicadas para ampliar o acesso das mulheres ao crédito agrícola, à titularidade da terra e a espaços de decisão. No Quadro 4, são apresentadas as principais estratégias de enfrentamento e resistência utilizadas pelas mulheres rurais, bem como seus objetivos e os resultados esperados dessas iniciativas.

Quadro 4 – Estratégias de Enfrentamento e Resistência das Mulheres Rurais

Categoria	Estratégia	Objetivo	Resultados Esperados
Movimentos sociais e mobilizações coletivas	Participação na Marcha das Margaridas e em associações de mulheres rurais	Reivindicar direitos, visibilidade e políticas públicas	Ampliação do debate sobre equidade de gênero e fortalecimento da presença feminina no espaço público
Agroecologia e soberania alimentar	Incentivo à produção agroecológica e à economia solidária	Geração de renda, independência econômica e preservação ambiental	Maior autonomia feminina, segurança alimentar e valorização do trabalho rural
Políticas públicas e acesso a direitos	Ampliação da participação feminina em conselhos, sindicatos e órgãos governamentais	Garantir que as mulheres tenham voz ativa nas decisões que impactam o meio rural	Implementação de políticas inclusivas e redução das desigualdades estruturais
Apoio contra a violência de gênero	Criação de casas de abrigo, suporte psicológico e assistência financeira	Romper com ciclos de violência e garantir a segurança das mulheres rurais	Redução dos casos de violência e aumento da proteção às vítimas

Categoria	Estratégia	Objetivo	Resultados Esperados
Educação e formação política	Cursos e capacitações para mulheres rurais	Promover a liderança feminina e qualificação para atuação no mercado	Maior inserção das mulheres em espaços políticos e no mercado de trabalho
Redes de solidariedade e economia coletiva	Cooperativas femininas, grupos de economia solidária e feiras agroecológicas	Fomentar a independência financeira e a valorização do trabalho feminino	Fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e inclusão no mercado

Fonte: Elaborado a partir dos artigos teses e dissertações analisados.

A análise das estratégias apresentadas no Quadro 4 evidencia a diversidade de ações adotadas pelas mulheres rurais para enfrentar as desigualdades estruturais e fortalecer sua autonomia. A mobilização em movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas, tem sido fundamental para ampliar o debate sobre equidade de gênero e pressionar o Estado por políticas públicas mais inclusivas. No entanto, apesar dos avanços conquistados, a implementação dessas políticas ainda é limitada, o que demonstra a necessidade de um compromisso governamental mais efetivo. A presença feminina nos espaços de decisão ainda é restrita, dificultando a consolidação de mudanças estruturais que possam garantir a equidade no acesso a direitos fundamentais.

A agroecologia surge como um dos principais caminhos para a autonomia feminina no campo, permitindo que as mulheres não apenas diversifiquem sua produção, mas também consolidem uma relação mais sustentável com o meio ambiente. Os estudos analisados indicam que a produção agroecológica tem sido um instrumento de resistência contra o modelo tradicional do agronegócio, que frequentemente exclui as mulheres das cadeias produtivas formais. No entanto, para que essa estratégia seja ampliada e consolidada, é essencial que políticas públicas de incentivo à agroecologia e à economia solidária sejam fortalecidas, garantindo acesso a financiamentos e mercados justos para as produtoras rurais.

A criação de casas de abrigo, suporte psicológico e assistência financeira são medidas fundamentais para que as mulheres possam romper com ciclos de violência e construir trajetórias independentes. No entanto, a precariedade dos serviços de proteção à mulher nas zonas rurais faz com que muitas vítimas tenham dificuldade de acesso a essas políticas, o que

reforça a necessidade de um olhar mais atento para essa realidade. Sem mecanismos eficazes de proteção, a luta por direitos torna-se ainda mais desafiadora.

A educação e a formação política também aparecem como elementos centrais na transformação da realidade das mulheres do campo. A capacitação feminina tem demonstrado impactos positivos na participação política e na organização social, permitindo que mais mulheres ocupem cargos de liderança em sindicatos, associações e cooperativas. Apesar disso, ainda há uma lacuna na oferta de programas educacionais voltados especificamente para o público feminino rural, o que limita o acesso ao conhecimento e impede uma maior inserção das mulheres em espaços estratégicos de decisão. Investir na educação como ferramenta de desenvolvimento é um passo essencial para a construção de um meio rural mais equitativo.

O feminismo no meio rural tem desempenhado um papel ativo na luta por seus direitos e na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e igualitário. Entretanto, as barreiras estruturais ainda são significativas, exigindo ações mais incisivas por parte do Estado, da sociedade civil e das próprias comunidades rurais. O fortalecimento das estratégias de enfrentamento, aliado a políticas públicas eficazes, pode garantir que as mulheres do campo conquistem maior autonomia e sejam reconhecidas como protagonistas do desenvolvimento rural. Assim, a equidade de gênero no meio rural deve ser compreendida não apenas como uma demanda social, mas como um pilar fundamental para o avanço da justiça social e da sustentabilidade no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste estudo evidenciam a importância do feminismo territorial no contexto rural, destacando a luta das mulheres do campo por reconhecimento, autonomia e equidade de gênero. A análise dos artigos, teses e dissertações selecionados revelou que, apesar dos avanços alcançados, as desigualdades de gênero persistem no meio rural, sendo reforçadas por estruturas patriarcais e pela inexistência de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres camponesas. Nesse sentido, a abordagem feminista territorial no contexto rural se mostra de fundamental importância para compreendermos as particularidades das mulheres rurais e suas condições de vida.

A revisão da literatura revelou que as mulheres rurais enfrentam múltiplos desafios relacionados ao acesso à terra, a crédito agrícola e também no que tange à participação em espaços de decisão. A sobrecarga da jornada contínua de trabalho, a invisibilidade de sua atuação na agricultura e a ausência de políticas públicas eficazes continuam a restringir seu protagonismo. Mesmo quando envolvidas diretamente na produção agrícola, muitas vezes são vistas como auxiliares dos homens, e não como agentes principais do processo produtivo, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento e independência econômica.

A Marcha das Margaridas e outros movimentos sociais feministas no campo desempenham um papel fundamental na mobilização das mulheres rurais, permitindo a construção de redes de apoio, a formação política e a luta por direitos. O feminismo territorial no contexto rural propõe não apenas o reconhecimento dessas lutas, mas também estratégias para fortalecer a organização comunitária e garantir que as mulheres do campo tenham maior representatividade e participação nos espaços políticos e econômicos. Essa mobilização coletiva tem sido essencial para impulsionar políticas que garantam o acesso das mulheres a recursos produtivos e ampliem sua autonomia.

Outro ponto essencial destacado na pesquisa é a relação entre feminismo e agroecologia. Esta última tem sido uma alternativa sustentável que possibilita a autonomia das mulheres rurais, permitindo que desenvolvam práticas produtivas que respeitam o meio ambiente e também asseguram sua independência financeira. Diversos estudos apontaram que as mulheres têm liderado iniciativas agroecológicas, reforçando seu papel na construção de uma agricultura mais sustentável e socialmente justa. No entanto, a falta de incentivo governamental e o acesso restrito a financiamentos específicos continuam representando desafios significativos.

Além das barreiras estruturais, a violência de gênero ainda constitui-se como uma realidade frequente no meio rural. A dependência econômica e social, a falta de acesso a

serviços de assistência e a distância dos centros urbanos tornam as mulheres camponesas ainda mais vulneráveis a diversas formas de violência. A implementação de políticas de proteção, aliadas a programas de capacitação e autonomia feminina, é fundamental para combater esse problema e garantir um ambiente mais seguro e igualitário para as mulheres rurais.

A análise dos artigos, teses e dissertações também destacou que as desigualdades de gênero no meio rural não podem ser analisadas isoladamente, e sim devem ser compreendidas em sua relação com fatores como classe, raça e território. Muitas mulheres rurais são quilombolas, indígenas ou pertencem a comunidades tradicionais, o que acentua ainda mais as dificuldades de acesso a direitos e oportunidades. Assim, políticas públicas inclusivas devem considerar essa diversidade e buscar estratégias que atendam às diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres rurais.

A pesquisa mostrou que, apesar do crescimento das discussões acadêmicas sobre o feminismo territorial no contexto rural, ainda há uma carência de estudos aprofundados que abordem a realidade das mulheres no campo de forma ampla e contextualizada. Muitas das produções científicas estão concentradas em dissertações e teses, o que indica que o debate ainda não tem a disseminação necessária para alcançar um público mais amplo e influenciar efetivamente as políticas públicas. Isso reforça a necessidade de ampliação das pesquisas e divulgação das informações para que se tornem mais acessíveis a movimentos sociais, gestores e gestoras públicos/as e às próprias mulheres do campo.

A inclusão das mulheres em espaços de decisão e sua participação ativa na formulação de políticas públicas são passos fundamentais para promover mudanças estruturais no meio rural. A valorização do trabalho feminino na agricultura familiar e a ampliação do acesso a programas de capacitação e crédito agrícola específico para mulheres são medidas que podem contribuir significativamente para a redução das desigualdades de gênero. O fortalecimento de redes de apoio e a ampliação da representatividade feminina nos espaços políticos também são estratégias fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, este estudo reforça a relevância do feminismo territorial no meio rural como uma abordagem capaz de promover a transformação social e garantir a equidade de gênero no meio rural. A luta das mulheres do campo deve ser reconhecida e valorizada, não apenas por sua importância para a economia e a sustentabilidade, mas também por sua contribuição para a justiça social e ambiental. A construção de políticas públicas mais inclusivas e a ampliação das discussões sobre o feminismo no contexto rural são caminhos essenciais para garantir que essas mulheres tenham seus direitos respeitados e suas vozes amplificadas.

Diante dessas reflexões, esperamos que este estudo contribua para o avanço das discussões sobre o feminismo territorial no contexto rural e inspire novas pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres rurais. Além disso, que os resultados aqui apresentados possam servir de base para futuras ações e políticas voltadas à promoção da equidade de gênero no campo, e que a união e a reconstrução cheguem até as mulheres do campo, das águas e das florestas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 29, n. 1, 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiare-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.
- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. *Revista e Sociedade*, São Paulo, v. 15, 2016.
- AGUIAR, Vilênia V. P. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas**. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 26-295, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 20 set. 2024.
- ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em: 20 set. 2024.
- ALVES, GABRIEL. S.; SELL, L. B.; CASTRO, A. M. **O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades**. *Revista Sures*, Rio Grande do Sul, n. 11, 2018.
- ARAÚJO, C. M. de; CANO, I. (Orgs.). **Mulher, trabalho e políticas públicas: a experiência brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- Araújo Ferreira Santos I., & Betto, J. (2021). **Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular**. *Caderno CRH*, 34, e021007. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42344>
- BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. **As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil**. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org.) *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. p. 35 – 76.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Ilena Felipe. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. **Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro**. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona*, v. 17, n. 1002, 2012.
- BONOMO, Mariana. **Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BUARQUE de Hollanda, Heloísa (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BUTTO, Andrea et al. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo**: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-22, 1994.

DRANSKI, Adelia. **A participação feminina na gestão política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no período de 2000 a 2017**.
<https://hdl.handle.net/1884/70810>

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. **As mulheres camponesas e o rompimento com a cultura subalterna peasant women and a break with the subaltern culture **. Revista Linhas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 170–188, 2011. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2008>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Costa Neto, Maurício; & Dimenstein, Magda. (2017). **Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. Psicologia: Ciência e Profissão**, 37(2), 461-474.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703002542016>

Costa, Suely G. (2004). **Movimentos feministas, feminismos**. Revista Estudos Feministas, 12, 23-36. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300003>

DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus: Critical reflections on the "postsocialist" condition**. New York: Routledge, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da

multifuncionalidade agrícola. In: **Seminário internacional fazendo gênero**, 10., 2013, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12.

HIRATA, H., & Kergoat, D. (2007). **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos De Pesquisa, 37(132), 595–609. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. I, t. 1.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIES, Maria. **Origens sociais da divisão sexual do trabalho: a busca pelas origens sob uma perspectiva feminista**. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 838-873, 2016.

MIES, Maria; SHIVA. Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MIGUEL. Ana de. **Los feminismos a través de la historia**. In. *Creatividad Feminista recibido a través de Modemmujer*. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/anademiguel.html>. Acesso em: 07 set. 2024.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006. 406 p.

ONU MULHERES. **Mulheres rurais, 2019**. Disponível em: onumulheres.org.br/noticias/mulheresrurais-mulheres-com-direitos-retorna-com-novos-parceiros-e-atividades/. Acesso em: 10 jan. 2024.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

Parreira, Bibiane D. M.; Goulart, Bethania F.; Ruiz, Mariana T.; Silva, Sueli R.; & Gomes Sponholz, Flávia A. (2017). **Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e reprodutivos**. *Acta Paulista de Enfermagem*, 30(4), 375-382. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700056>

Rogério Nogueira de Mesquita y Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2019): **“Feminismo (S) rural (IS) em Tela – contribuições do movimento de mulheres camponesas do ACRE para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari – ACRE”**, *Revista Caribeña de Ciencias Sociales* (junio 2019). En línea <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/06/feminismo-rural-tela.html>. Acesso em: 08 set. 2023.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª edição. São

Paulo: Expressão Popular, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 1, 2005.

SAFFIOTI, H. **Violência estrutural e de gênero**: Mulher gosta de apanhar? Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. – Brasília: A Secretaria, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, 1997, p. 59-79.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Parry. (2010). **Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações**. Em P. Scott, R. Cordeiro, M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 15-33). EditoraMulheres. https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução Denise Bottman e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Silva, Kátya B.; & Macedo, João P. (2017). **Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002982016>

SCHWENDLER, Sonia F. **A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 2. p. 203-221.

SORJ ET AL-2007-**Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil** <https://ppgsa.s3.sa-east-1.amazonaws.com/6d0dfdec52b52ef6b8c0cea2d2b5694.pdf>
TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria (Org.). **Dicionário Crítico de Gêneros**. Dourados: EFGD, 2015.

VIEIRA, I.A. **A perspectiva da agroecologia na produção da ideia de feminismo ruralno movimento da mulher trabalhadora rural do nordeste** (MMTR/NE. 2020. Instituto deFilosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. v. 15 n. 3 (2020): *Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia*, Recife/PE, Brasil

WANDERLEY, Maria N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades**

modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000.

YIN, R. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZETKIN, Clara. **Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso (1896)**. In: TOLEDO, Cecília. *A mulher e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2014.

APÊNDICE

Artigos, Teses e Dissertações Escolhidos para Análise

Título do Trabalho	Autor(a)	Tipo do Trabalho	Universidade ou Revista	Ano	Base de Dados
Educação e Formação Política das Mulheres Camponesas: Uma Análise da Marcha das Margaridas	Ydávila Vasconcelos Martins	Dissertação	Universidade Estadual do Ceará	2022	CAPES
Feminismo(s) Rural(is) em Tela – Contribuições do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre	Rogério Nogueira de Mesquita e Maria das Graças Silva Nascimento Silva	Artigo	Revista Caribeña de Ciencias Sociales	2019	Google Acadêmico
Medo Nós Tem, Mas Não Usa: Narrativas Feministas Rurais do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	Gabriela Monteiro Araújo	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	2020	CAPES
Mulheres e Territórios Vividos em Contextos Rurais: Um Olhar sobre a Política de Desenvolvimento Territorial	Emília Pietrafesa de Godoi e Vilênia V. Porto Aguiar	Artigo	Cadernos Pagu - Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos	2018	SciELO
Representações Sociais de Feminismo em Contextos de Ruralidade: Um Estudo com Mulheres Rurais no Sertão da Bahia	Míria Moraes Dantas	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	2022	CAPES
Autonomia Crítica das Mulheres Rurais: A Casa Pode Cair, Elas Querem Voar	Analine Almeida Specht	Dissertação	Universidade de Brasília	2019	CAPES
A Perspectiva da Agroecologia na Produção da Ideia de Feminismo Rural no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	Iasmim de Araújo Vieira	Artigo	Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia	2020	Google Acadêmico
A Espacialização da Luta das Mulheres	Laiany Rose Souza	Tese	Universidade Federal	2019	CAPES

Título do Trabalho	Autor(a)	Tipo do Trabalho	Universidade ou Revista	Ano	Base de Dados
Camponesas em Sergipe: Feminismo e Resistência	Santos		de Sergipe		
Olha Brasília Está Florida, Estão Chegando as Decididas: Experiências de um Feminismo Rural no Brasil a Partir da Marcha das Margaridas	Dayane Nascimento Sobreira	Tese	Universidade Federal da Bahia	2022	CAPES
O Conceito de Classe Social no Feminismo Camponês e Popular	Maria Ignez Silveira Paulilo	Artigo	Revista Estudos Feministas	2022	SciELO
O Empoderamento Feminino sob a Perspectiva de Mulheres do Meio Rural	Neide Aparecida Riza Andrade e Luzilene de Almeida Martiniano	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal de Uberlândia	2022	Google Acadêmico